



SEÇÕES DO BOLETIM

Notícias Acadêmicas

Entrevista realizada com Flávia Biroli e Luciana Tatagiba por ocasião da nova diretoria na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Manifesto da ABCP em defesa da democracia

Monções: Comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Relatos de eventos

Os desafios do sindicalismo na atualidade

Fórum San Tiago Dantas: 15 anos de história

Balanço dos governos do PT

Roberto Schwarz em 1968: A Lata do Lixo da História

Entrevista com especialista

Walquíria Leão Rego (Unicamp)

Resenhas

O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)

Estados e Mercados: os Estados Unidos e o sistema multilateral de comércio

Resenhas de teses

Teoria e Prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)

A atuação do Poder Judiciário nas políticas de erradicação do trabalho escravo rural no Brasil contemporâneo

Memória

Entrevista com o Professor Gabriel Cohn (USP)

Revisitando os clássicos

A conversa mole da política, por Maria Victoria Benevides

O Boletim Lua Nova tem publicação quadrimestral, coincidindo com a edição correspondente da Lua Nova - revista de cultura e política.

Contato

boletimluanova@cedec.org.br

Comissão editorial

Álvaro Okura (Unicamp)

Angelo Lira (PPGRI San Tiago Dantas)

Leonardo Octavio Belinelli de Brito (USP)

Colaboradores

Andréia Fressatti (Unicamp)

Camila Góes (Unicamp)

Carla Vreche (Unicamp)

Cornélia Crucean (Unicamp)

Isabella Meucci (Unicamp)

Matheus de Oliveira Pereira (PPGRI San Tiago Dantas)

Natália Mello (USP)

Thaís Pavez (Unesp)

CONTINUAR A PENSAR A DEMOCRACIA

// Pensar sobre a nossa própria ação nesse momento de rápidas mudanças: eis o desafio que se oferece, não apenas aos que se situam no campo da oposição ao atual regime brasileiro, como também a todos os que assumiram o compromisso de fazer nascer no Brasil uma sociedade nova. Essa reflexão tem de ser necessariamente aberta, ampla e democrática. Polêmica e criativa. Não queremos apresentar, apenas, os pontos de vista dos que acreditam que já têm soluções para os nossos problemas. Queremos uma revista capaz de afrontar a realidade a partir de uma reflexão plural, apoiada na diversidade de pontos de vista que formam a sociedade.”

O trecho do editorial de fundação da Lua Nova exprime com clareza o compromisso que marca o CEDEC desde a sua fundação, o de pensar criticamente as possibilidades de uma democracia substantiva no Brasil. É movido por esse projeto intelectual que surge o Boletim Lua Nova, iniciativa editorial que visa ampliar o espaço de elaboração cultural do centro e refletir sua trajetória, que já soma mais de quatro décadas. A sua missão será a de organizar e selecionar o que se produz nas ciências humanas brasileiras e internacionais de acordo com as abordagens e temas que marcaram a história de seus estudos sobre a cultura contemporânea. Marcado por empreendimentos criados em momentos críticos da história brasileira, o CEDEC lança seu Boletim partindo do pressuposto de que conhecimento organizado e atualizado, bem como a animação de debates abertos e com orientações plurais, são elementos essenciais para o estímulo de reflexões intelectualmente potentes, tão necessárias em momentos de ameaças à democracia.

O Boletim Lua Nova deverá contar com seções que organizam notícias acadêmicas e publicações recentes nas áreas de interesse de seus leitores, além de entrevistas com intelectuais atuantes nesses campos. Conjuntamente, trará resenhas de livros, ensaios bibliográficos, notícias de teses recém-defendidas e relatos de eventos organizados no CEDEC ou por seus membros.

Assim, o Boletim Lua Nova será bem-sucedido se for um espaço que consiga dinamizar e fortalecer debates intelectualmente situados e abertos ao diálogo franco, elementos característicos do CEDEC e de suas iniciativas editoriais.



NOTÍCIAS ACADÊMICAS

Essa seção pretende reunir informações e notícias acadêmicas que dialoguem com os interesses dos leitores da Lua Nova

ENTREVISTA REALIZADA COM FLÁVIA BIROLI E LUCIANA TATAGIBA POR OCASIÃO DA NOVA DIRETORIA NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Quais são, no entender da nova diretoria, os principais desafios da associação nos próximos dois anos? Quais são as metas prioritárias?

Nossa prioridade é o fortalecimento institucional da ABCP, dando prosseguimento ao trabalho realizado nas gestões anteriores. Essa direção nos leva a investir em duas frentes prioritárias: a valorização da diversidade constitutiva da Ciência Política brasileira, em sua expressão regional, linhas de pesquisa e abordagens teóricas e metodológicas, e a ampliação de nossa atuação internacional, a partir da intensificação dos vínculos com associações de outros países, sobretudo na América Latina.

A área de Ciência Política se ampliou muito nos anos recentes. Entendemos que a ABCP tem o papel de estimular diagnósticos qualificados sobre a área e seus desafios. E pretendemos fazer isso numa perspectiva comprometida com o enfrentamento das desigualdades que conformam o campo. Para colaborar na compreensão do impacto das assimetrias de gênero na profissão, estamos trabalhando em um projeto editorial que discute a relação entre ciência, poder e gênero no Brasil, mobilizando um forte time de pesquisadoras de diferentes regiões do país. O livro, resultante dessa colaboração, será lançado no nosso próximo encontro, em 2020. Além disso, vamos propor uma comissão permanente na ABCP para debater as desigualdades de gênero e raça e estimular iniciativas voltadas a minimizar seus impactos em nossa área.

Também nos parece fundamental a atenção para as especificidades da Ciência Política nas diferentes regiões do país. A criação das Diretorias Regionais pela gestão anterior ampliou a visibilidade, assim como os instrumentos de que dispomos para compreender os desafios nas regiões e colaborar, dentro das nossas possibilidades, para seu enfrentamento. Pretendemos fazer isso em um diálogo – que já está em curso – com o Fórum dos Coordenadores e com a Coordenação da área na Capes.

Diante da expansão da área de ciência política no país nos últimos anos e da alta demanda por novos grupos de trabalhos e áreas temáticas consequentes deste



aumento, como foi o processo que levou à criação da AT de relações raciais? Como se decide pela criação de uma nova AT?

De fato, a Ciência Política brasileira é diversa e plural e as ATs – atualmente em número de 17 – expressam isso. Ao lado de áreas consolidadas que continuam mostrando extraordinário vigor, o que pode ser evidenciado pelo alto número de propostas de trabalho submetidas e pela densidade das pesquisas apresentadas, temos visto ao longo dos últimos encontros uma ampliação significativa das nossas ATs, respondendo à crescente demanda dos nossos associados. A proposta de criação de uma nova AT pode ser realizada pela Diretoria Nacional da ABCP ou por um conjunto de associados, sendo que, em ambos os casos, sua aprovação deve ocorrer em duas Assembleias gerais da Associação. A AT de Relações Raciais, coordenada pelos colegas Luiz Augusto Campos (IESP/UERJ) e Cristiano Rodrigues (UFMG), teve sua aprovação final no nosso último Encontro em Curitiba. Trata-se de uma área que possui ainda pouca tradição de pesquisa na Ciência Política brasileira e esperamos que a criação da AT possa dar mais visibilidade às pesquisas existentes e estimular mais pesquisas e reflexões em torno desse tema tão relevante para o fortalecimento da democracia, que é a questão racial.

Sobre o projeto de regras de alternância nas coordenações das ATs, qual o diagnóstico que levou à confecção desta proposta? Há um critério regional e outro relacionado ao gênero? Como eles funcionariam?

Nossa proposta de criar regras para a alternância na Coordenação das ATs está ancorada no diagnóstico de que o crescimento da área e da Associação exigem novos passos na institucionalização da ABCP e dos nossos encontros. Trata-se de definir regras que sirvam como apoio e referência para as áreas e seus coordenadores e, também, de induzir práticas voltadas a minimizar as assimetrias regionais e de gênero no cotidiano de nossa Associação. Atualmente, há acentuado desequilíbrio regional na composição das coordenações, embora na questão de gênero tenhamos tido no último encontro um quadro mais paritário. Entendemos que, como Diretoria, devemos, respeitando a autonomia das ATs, induzir processos que favoreceram a rotatividade nas coordenações e uma representação plural. Contudo, as formas pelas quais essas mudanças ocorrerão serão ainda objeto de debate junto aos nossos associados.

Neste último encontro houve a primeira experiência com a Comissão de Acolhimento para lidar com possíveis casos de assédio e/ou abuso. Como vocês avaliam esta primeira experiência?



A primeira experiência foi muito positiva. Ela contou com uma parceria importante entre a ABCP, a Comissão organizadora do encontro realizado em Curitiba e a Universidade Federal do Paraná. Sabemos que assédios e abusos são práticas, infelizmente, ainda presentes nas universidades e em encontros acadêmicos. Parece-nos fundamental a adoção de medidas, como a criação da Comissão de Acolhimento, pelas quais as instituições assumem responsabilidades no apoio e encaminhamento de denúncias, ao mesmo tempo que contam com a colaboração de associados e associadas para que possamos eliminar o desrespeito e a violência. Nomear o problema também tem sua importância. Formas de violência que são naturalizadas, por estarem ancoradas em hierarquias que têm organizado as relações cotidianas, precisam se tornar visíveis como problemas para que possam ser superadas.

Pelo menos desde a crise que levou ao impeachment de Dilma, é possível observar o retorno do tema da democracia como tema central dos debates públicos. Como vocês avaliam que o campo da Ciência Política tem reagido a esse contexto? Vocês consideram que a ABCP pode cumprir algum papel nesse debate?

A Ciência Política brasileira tem oferecido contribuições importantes para o debate acerca dos desafios enfrentados por nossa jovem democracia. Desde diferentes pontos de vista, nosso campo tem prezado pela qualidade do debate público, colocando a serviço da opinião pública o sólido conhecimento acumulado sobre o funcionamento das nossas instituições políticas. Da mesma forma, nossa Associação tem desempenhado significativo papel através dos seus congressos, onde o tema da democracia sempre teve centralidade, assim como nas suas notas públicas, nas quais perfila-se ao lado dos que defendem a democracia como regime e forma de vida. Nesse sentido, destacamos a nota pública da ABCP, publicada em 25 de setembro, intitulada “Manifesto da ABCP em defesa da democracia”.

Manifesto da ABCP em defesa da democracia

A Associação Brasileira de Ciência Política, que reúne cientistas políticos de diferentes posições partidárias e ideológicas, vem a público para reafirmar seu claro compromisso com a democracia. Podemos divergir nos diagnósticos dos problemas do nosso sistema político e nas análises dos defeitos e dos potenciais da democracia brasileira, mas sabemos que o único terreno em que é possível encontrar caminhos para seu aprimoramento é o da democracia. Nos regimes autoritários, a tônica é a falta de transparência e de respeito aos direitos políticos e aos direitos fundamentais



das pessoas. São regimes que limitam ou impedem a crítica e o combate à corrupção, o debate aberto sobre os modelos de desenvolvimento adotados e seus efeitos e que adotam a censura, a perseguição e a tortura como instrumentos para ocultar a crítica e eliminar adversários políticos. Temos muitas informações e estudos sobre a ditadura brasileira de 1964 e sobre outras ditaduras latino-americanas para compreender que não há, nessas experiências, qualquer caminho para solucionar nossos problemas. Pelo contrário, a violência desses regimes foi e é injustificável, independentemente da posição político-partidária que tenhamos: trata-se de uma questão civilizatória e do respeito, que reiteramos, aos direitos fundamentais.

Repudiamos, assim, toda e qualquer defesa da tortura e das inúmeras formas de violação assumidas por regimes autoritários do passado e do presente. A história recente da Ciência Política brasileira, como um campo disciplinar, se confunde com o estudo dos processos de transição da ditadura e com a construção da democracia no país. Acumulamos, nesses 30 anos de regime democrático, sólido conhecimento dos seus defeitos, mas também dos avanços nas nossas instituições e políticas públicas, na garantia e no acesso à justiça, no desenvolvimento de políticas inclusivas e no enfrentamento das desigualdades. Sabemos que esses avanços dependeram da existência de um ambiente político plural, da realização regular de eleições e do respeito a seus resultados, do combate à violência como forma de abordar os conflitos políticos que existem e sempre existirão em sociedades complexas.

O conhecimento que produzimos nesses anos e nosso compromisso ético com o país é a base para nos posicionarmos, neste grave momento, em defesa da democracia, dos procedimentos democráticos e dos valores básicos de respeito à pluralidade e às pessoas. No contexto atual, isso significa também a clara defesa do respeito aos procedimentos eleitorais e a seus resultados e o repúdio a qualquer forma de discriminação e de violência, seja ela fundada na posição político-partidária, no gênero, na sexualidade, na raça ou na etnia.

MONÇÕES: COMEMORAÇÃO DOS 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em parceria com a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU Brasil), a revista Monções (UFGD) está organizando um número especial em comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). O dossiê, intitulado “Direitos Humanos & Relações Internacionais: Os 70 Anos Da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948-2018)” parte do pressuposto de que, apesar de não ser vinculante, a Declaração Universal foi capaz



de traçar um horizonte comum para a sociedade mundial. Como tal, é um documento de grande importância para o direito e para a política internacional, e, mais especificamente, para a estruturação do direito internacional dos direitos humanos. Desde sua criação, debates avançaram e começaram a fazer parte da semântica internacional em torno dos direitos humanos, como é o caso da diversidade de críticas pós-coloniais e terceiro-mundistas, dos feminismos e da discussão em torno da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais. Não obstante, a realidade global atual nos mostra como os obstáculos ainda são muitos e cada vez mais complexos. Nesse contexto, o dossiê dispõe-se a promover um maior conhecimento sobre o significado e o impacto da DUDH para a vida de pessoas em todo o mundo, a engajar diversos atores no debate em torno da proteção e da promoção dos direitos humanos, mas também a refletir sobre o estado atual dos direitos humanos, sopesando desafios, obstáculos, potencialidades e oportunidades do tempo presente. Mais de cinquenta artigos foram recebidos pela Monções até 30 de abril deste ano, data de fechamento da chamada. Cerca de vinte passaram pela fase de desk review e se encontram com pareceristas no momento. A Monções e a ONU Brasil pretendem lançar o número oficialmente no próximo dia 10 de dezembro, data em que se comemora anualmente o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A organização do dossiê ficou a cargo dos professores Bruno Boti Bernardi (UFGD) e Matheus de Carvalho Hernandez (UFGD), além de Ângela Pires Terto (ONU Brasil) e Maria Eduarda Borba Dantes (ONU Brasil).

RELATOS DE EVENTOS

Essa seção contará com relatos de eventos das áreas de interesse daqueles que leem e publicam na Lua Nova

OS DESAFIOS DO SINDICALISMO NA ATUALIDADE

No dia 21 de setembro, às 14 horas, o CEDEC recebeu o professor Iram Jácome Rodrigues (USP), que realizou o seminário “Os desafios do sindicalismo na atualidade”. Tendo em mente o dossiê organizado em parceria com Marco Aurélio Santana (UFRJ) para o número 104 da Lua Nova sobre os desafios do sindicalismo nacional e internacional, o professor Iram Jácome Rodrigues dividiu sua exposição em duas partes.



Depois de apresentar brevemente um panorama dos assuntos tratados nos artigos que compõem o dossiê, o professor Rodrigues retomou o assunto desenvolvido por ele e por Santana na “Apresentação” do dossiê: a importância histórica do “novo sindicalismo”, cuja marca de origem esteve na greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978. A partir dessa problemática, a primeira parte do seminário foi exposta a partir de dois pilares: as consequências do Novo Sindicalismo para a história política brasileira dos últimos quarenta anos e as determinações que levaram ao seu surgimento. No que se refere ao primeiro pilar, o autor argumentou que o Novo Sindicalismo, em articulação com outras instituições da sociedade civil organizada, teve sucesso, em boa medida, porque logrou ultrapassar as lutas reivindicativas mais imediatas, sem negá-las, para formular uma luta por direitos da cidadania, o que lhe teria permitido criar um arco de alianças que fortaleceu e organizou as lutas populares. E aqui já se revela o entrelaçamento com o segundo pilar mencionado, uma vez que os sindicalistas tinham fortes relações com a parte progressista da Igreja Católica, com os movimentos de bairro e com setores da intelectualidade.

Na segunda parte do seminário, com o objetivo de pensar tendências, Rodrigues expôs e analisou dados referentes às taxas de sindicalização no Brasil e no mundo. No caso brasileiro, a densidade sindical apresentou mudanças salientes no período compreendido entre 1992 e 2015. Entre as principais delas, estão o forte aumento da sindicalização nas regiões Norte e Nordeste, o robusto avanço da sindicalização das mulheres e o fortalecimento expressivo dos sindicatos rurais, cuja densidade sindical é superior aos urbanos. Em contraste, percebe-se o enfraquecimento da sindicalização industrial.

O professor Rodrigues também avançou algumas reflexões sobre os impasses do sindicalismo na atualidade, em boa medida derivados da crise da sociedade do trabalho. Segundo ele, as tensões sociais e trabalhistas geradas por essa crise devem repor um dos temas clássicos das ciências sociais: a relação entre capitalismo e democracia.

FÓRUM SAN TIAGO DANTAS: 15 ANOS DE HISTÓRIA DO PPGRI STD

Nos dias 17 e 18 de setembro o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas realizou a segunda edição de seu Fórum acadêmico. Desta vez, o Fórum foi dedicado às comemorações dos quinze anos do Programa, e a uma reflexão por parte dos docentes, discentes e funcionários a respeito da trajetória percorrida e dos desafios futuros.



O programa San Tiago Dantas surgiu a partir de um edital homônimo lançado pela CAPES em 2001. Naquela ocasião, o interesse da CAPES, juntamente com o MRE, era fomentar a criação de programas acadêmicos na área de Relações Internacionais que, até então, era incipiente no país. Estimulados pelo edital, pesquisadores que desenvolviam projetos de pesquisa no âmbito do CEDEC formularam uma proposta que continha uma inovação significativa: em vez de uma universidade, o projeto propunha criar um programa a partir de um consórcio de três reputadas instituições do estado de São Paulo – a UNESP, UNICAMP e PUC-SP. Dos cinco projetos contemplados na ocasião, o único que segue ativo é o San Tiago Dantas, que conta com aval da família do ex-chanceler para usar oficialmente o nome.

O modelo interinstitucional, à época visto com ceticismo, mostrou-se viável e hoje é um precedente positivo para arranjos semelhantes em diferentes áreas. No campo acadêmico, os quinze anos marcam uma trajetória que posiciona o programa como uma referência nos estudos de Relações Internacionais no Brasil, como é atestado por diferentes métricas. Trabalhos produzidos no programa receberam diversos prêmios de excelência acadêmica, como o Prêmio CAPES de Tese de Doutorado (área de Ciência Política e Relações Internacionais) e o Prêmio Franklin D. Roosevelt de Estudos sobre os Estados Unidos da América. Ademais, o programa é vencedor das três edições do Prêmio de Melhor Dissertação de Mestrado da Associação Brasileira de Relações Internacionais (2015, 2016 e 2017).

O programa é a instituição sede do único INCT da área de ciências humanas no Brasil – o Instituto Nacional para estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU), bem como de projetos contemplados pelos programas Pró-Defesa e Pró-Estratégia, de fomento aos estudos de defesa e segurança internacional. A reputação pode ser verificada ainda pela atração de estudantes de diferentes regiões do Brasil e da América Latina.

Durante os dois dias do Fórum, estas e outras realizações foram passadas em revista pela comunidade do programa, que destacou de maneira unânime o impacto de uma cultura de trabalho colaborativa sobre os resultados alcançados. O caminho percorrido pelo programa se situa em quadra particular da história brasileira, na qual os assuntos internacionais adquiriram maior relevo, na esteira do aumento da projeção do país no mundo. O próprio nome do edital sintetiza esse momento, ao evocar a memória de um chanceler reconhecido por uma atuação em defesa da autonomia brasileira na política internacional. Nesse sentido, as oscilações nas conjunturas doméstica e internacional representam desafios ao desenvolvimento da área, às quais o programa não está imune, mas que são também estímulos à reflexão crítica e autônoma dos fenômenos da área de Relações Internacionais que vem caracterizando o San Tiago Dantas nos últimos quinze anos.



BALANÇO DOS GOVERNOS DO PT

No dia 30 de agosto, às 17:30, aconteceu o evento “Balanço dos governos do PT”, organizado pelo Laboratório de Estudos Marxistas da Universidade de São Paulo (LEMARX) e pelo Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). O debate contou com as participações de André Singer (Departamento de Ciência Política/USP), Armando Boito Junior (Departamento de Ciência Política/Unicamp) e Laura Carvalho (Faculdade de Economia e Administração/USP). Os debatedores ficaram responsáveis por discutir o tema do evento à luz de seus livros recém lançados, respectivamente *Lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)* (Companhia das Letras, 2018), *Reforma e Crise Política no Brasil* (Unesp, 2018) e *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico* (Todavia, 2018). A mediação foi de Ricardo Musse (Departamento de Sociologia/USP).

Laura Carvalho organizou sua exposição a partir do que entende ser os dois principais objetivos de seu livro: fazer um diagnóstico das políticas econômicas do período compreendido entre 2006-2017 e tornar mais acessível ao público de leigos em Economia uma série de teorias econômicas que poderiam oferecer ao campo progressista uma interpretação divergente daquela corrente entre os economistas liberais. Para a professora de Economia da USP, o governo Dilma Rousseff (PT) teria sido derrotado por uma conjugação de dois fenômenos: o equívoco próprio da sua estratégia econômica – alicerçada sobre o que denomina, provocativamente, de “Agenda FIESP” – e a mudança do cenário econômico externo a partir de 2011. Para Carvalho, uma agenda econômica voltada para investimentos públicos em infraestrutura, bem como em novos setores inovadores, seria a forma mais adequada para alavancar o desenvolvimento do país, como teria feito o segundo governo Lula (PT), em contraste com a direção adotada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que teria privilegiado setores privados, como os empresários industriais. Carvalho também criticou os mecanismos de desenvolvimento sugeridos pela “escola neodesenvolvimentista”, cuja figura principal seria o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Armando Boito Jr., por sua vez, também forneceu uma ideia geral de seu livro recém-lançado, resultado de um projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Orientado por uma perspectiva marxista tributária, entre outros, do pensamento de Nicos Poulantzas, o cientista político da Unicamp argumentou que os governos do PT organizaram a hegemonia de uma fração da classe burguesa brasileira, denominada por ele de “grande burguesia interna”. De maneira mais específica, Boito Jr. defende que os governos do PT eram sustentados por um bloco no poder, denominado por ele como



“frente neodesenvolvimentista”, hierarquicamente organizada e pautada por interesses contraditórios entre diversas frações de classe, liderada pela grande burguesia interna. Como sinal de comprovação de sua tese, o autor mencionou como as políticas externa e econômica privilegiaram os interesses dessa fração.

Por outro lado, ao seu ver, o impedimento de Dilma Rousseff (PT) seria resultado de uma ofensiva política restauradora da burguesia integrada ao capital internacional e do capital financeiro contra a frente neodesenvolvimentista que, embora forte eleitoralmente, seria frágil do ponto de vista de sua consistência interna, o que se deveria às suas próprias tensões e contradições. O objetivo dessa ofensiva seria retomar o projeto econômico e político iniciado nos anos 1990 durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Polemizando com a perspectiva de André Singer, Boito Jr. argumenta que o PSDB não seria um partido de classe média, embora eleitoralmente sustentado por ela, mas sim um partido das frações de classe que dão a direção para suas ações, a burguesia integrada e o capital financeiro.

Reconhecendo a importância do debate que, ao seu ver, estrutura um campo de análise e discussão e os pontos em comum compartilhados pelos debatedores, André Singer optou por fazer uma exposição em que buscou destacar os pontos nos quais sua análise se distancia daquelas feitas por seus colegas de mesa. No que se refere à análise feita por Carvalho, Singer reconheceu que a sua própria análise não tem a pretensão de avaliar a correção das estratégias econômicas adotadas pela ex-presidente Dilma Rousseff. Para ele, interessaria mais destacar que a ex-presidente confrontou o núcleo do capitalismo brasileiro, o setor financeiro, ao forçar a redução do spread dos bancos. Ao fazê-lo, ela teria assustado os setores do que Singer chama de “coalizão produtivista”, embora o fizesse em prol dos interesses dessa. No que se refere à análise de Boito Jr., Singer argumentou que ela daria maior ênfase à divisão entre setores capitalistas nacionais e internacionais, enquanto sua própria análise sublinharia com mais força a oposição entre setores produtivos e setores financeiros.

Além disso, o livro de Boito Jr. oscilaria entre afirmar que a mudança de orientação política da burguesia brasileira teria começado em 2013 e 2015. No entanto, a diferença seria radical, pois em 2013 ainda estaria em vigência o que Singer chama de “ensaio desenvolvimentista”; já em 2015, o cenário seria outro, com a ex-presidente Dilma adotando as políticas econômicas liberais. Singer apontou que há indícios de que o setor produtivo do capitalismo brasileiro teria começado a mudar de lado em 2012, ano do auge do ensaio desenvolvimentista.



ROBERTO SCHWARZ EM 1968: A LATA DO LIXO DA HISTÓRIA

No dia 28 de agosto de 2018 foi realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo o evento “Roberto Schwarz em 1968: A Lata do Lixo da História”. Na ocasião, os professores Edu Teruki Otsuka e Paulo Arantes rememoraram a peça de teatro escrita há 50 anos e propuseram ao público uma série de reflexões sobre os possíveis fios de continuidade entre o contexto ao qual a obra aludia e os problemas políticos contemporâneos. Otsuka abriu o evento buscando introduzir e localizar a peça na obra ensaística de Schwarz. O professor chamou a atenção ao fato de ser o primeiro texto do crítico a tratar de Machado de Assis, escrito em 1968 e publicado em 1977. A releitura artística do conto “O Alienista” foi escrita às voltas com o contexto da ditadura, cujos desdobramentos teriam permitido tornar mais clara a dinâmica da modernização brasileira. Nesse sentido, Schwarz revelara uma série de padrões históricos de comportamento das classes no país, como, por exemplo, a presunção dos “notáveis” em participar da civilização moderna e a permanência das relações brutais de sujeição entre os mais pobres. A longevidade da peça, segundo Otsuka, derivaria justamente da força artística do recurso às alusões, que ao não discutir diretamente a ditadura, impunha ao leitor e expectador o enfrentamento com o padrão histórico brasileiro e com o questionamento sobre as suas possíveis mudanças. Paulo Arantes, ao tratar desse padrão, recorreu à ideia de materialidade brasileira. O encontro do crítico com essa matéria teria se dado, segundo o filósofo, na escrita da peça. Após o Golpe de 1964 e da derrota do campo popular, a nova matéria descoberta e expressa na peça exigiu um exercício de reformulação do crítico. Segundo Arantes, essa reformulação só chegaria a ser concluída nos ensaios de Schwarz de fins da década de 1980. Assim como Otsuka, Arantes destacou os fios de continuidade entre o conteúdo da peça e as questões contemporâneas, considerando mesmo uma anomalia nacional a repetição dos fatos na história. Durante o debate, as questões de atualização da peça predominaram no público, principalmente voltada à questão dos bonecos que, originalmente, figurariam escravos na peça. Tomando a palavra, Roberto Schwarz ressaltou que os bonecos seriam aqueles sujeitos situados abaixo da luta de classes, os quais “levariam pancada e pronto”. O desfecho da peça em que um dos bonecos se torna homem revidando uma “bofetada final” seria a expressão de um desejo imaginário que, justamente pelo fato de ser inverossímil, poderia reter algum valor estético.



ENTREVISTA COM ESPECIALISTA

Nesse seção, contaremos com a entrevista de um(a) especialista nas disciplinas e temas que interessam aos leitores da Lua Nova

ENTREVISTA COM A PROFA. WALQUÍRIA LEÃO REGO - UNICAMP

Camila Góes

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Thais Pavez

Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP)



Atualmente é professora efetiva do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Idéias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, capitalismo, crise, cidadania e ideologia. Atualmente, trabalha com pesquisa empírica, sobre os efeitos políticos e morais provocados pelo programa, Bolsa Família. Realizou pesquisa por 5 anos, cujo resultado está publicado no livro em parceria com o filósofo, Alessandro Pinzani, intitulado, Vozes do Bolsa família- Autonomia, Dinheiro e Cidadania. Editora Unesp 2013.

Desde junho de 2013, quando foi lançado, o livro Vozes do Bolsa Família (ed. Unesp) tem suscitado uma quantidade enorme de debates entre pesquisadores e figuras públicas (cf. Leão Rego; Pinzani, 2014). Um dos motivos para tamanho alcance pode ser atribuído à particularidade oferecida pela junção de análises qualitativas e reflexões teóricas presentes na obra. Diferenciando-se dos estudos focados nos impactos econômicos do Bolsa Família e em análises quantitativas, Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani buscaram compreender os impactos do programa na subjetividade das pessoas atingidas por ele (Rego; Pinzani, 2014, p.11). Pensando o acúmulo advindo da experiência de pesquisa empírica entre os mais pobres no Brasil e da reflexão teórica sobre a pobreza, o Boletim Lua Nova entrevistou Walquíria Leão Rego, centrando-se na concepção de pobreza e suas muitas dimensões, com atenção às nuances brasileiras. Como ponto de partida,



Leão Rego destacou que muito embora os pobres estivessem presentes na literatura, na sociologia e nas mais diversas manifestações artísticas, dos romances às óperas, desde pelo menos o século XIX, haveria sempre uma dificuldade em “reconhecê-los como produzidos e criados pela injustiça social”. Nesse sentido, o “ser pobre” deveria ser pensado sempre de forma relacional à existência de direitos e à qualidade dos equipamentos públicos oferecidos pelo Estado.

É muito diferente ser pobre em uma sociedade que possui direitos, que carrega uma tradição democrática, e, por consequência, possui uma cultura dos direitos. Em uma sociedade na qual o Bem-Estar Social é mais difundido, a pobreza assume outros aspectos e outras dimensões. Desta maneira, o nível de carências e de necessidades dos pobres, em uma sociedade carente de direitos e de reconhecimentos deles, é muito mais dura, muito mais cruel.

Ah, mas então existiria uma situação de pobreza com dignidade? Existe. No mundo existe. Então não vamos mais falar de pobreza, mas de extrema pobreza, que é mais ou menos o público do Bolsa Família.

Como todo conceito em Ciências Sociais, também o de extrema pobreza é controverso. Primeiramente, parece que foi pensado pelo Banco Mundial, e foi adotado para fins de políticas públicas, como no caso do Fome Zero. O conceito, de modo geral, buscava designar aqueles que passavam fome e viviam em estado de carências fundamentais na vida e isto, no nosso caso, assumiu uma dimensão de destaque.

A fome não é uma particularidade da pobreza brasileira. Ela existe até nos Estados Unidos. Hoje, na Europa, as carências básicas estão de volta, já se percebe núcleos de fome e de desemprego. Contudo, a extensão da fome e o descaso com ela no Brasil é histórico. Tem a ver com a escravidão e com uma cultura que tolera isto, sem grandes danos morais. Aqui, a existência da pobreza, da miséria e da fome nunca se constituiu em um dilema moral para as chamadas elites. Ao contrário, estas sempre se dirigiram aos pobres com uma linguagem agressiva e plena de estereótipos desqualificadores da sua situação. Nisto, muito semelhante à cultura americana de classe média. Vem de longe essa identificação com os Estados Unidos. A respeito desse assunto, vale a pena conferir “A outra América” de Michael Harrington, escrito no início dos anos 1960. Atualmente, os níveis de pobreza retornaram aos Estados Unidos.

Ou seja, reafirma-se que a pobreza se relativiza muito em uma sociedade que possui equipamentos públicos e direitos sociais mais difundidos e mais avançados. Em uma sociedade em que há extrema pobreza, sem nenhum Bem-Estar social



mais amplo, ela constitui a violação de todos os direitos humanos. Então, o que seria, de fato, a pobreza?

A pobreza é um conjunto de privações com consequências muito trágicas nas vidas das pessoas. É uma situação lesante com implicações e efeitos na produção, inclusive, de violência, de discriminação... e de intolerância. Você pode articular um conjunto de tragédias sociais à pobreza. Se ela é muito numerosa, como é o caso do Brasil, e muito profunda, porque histórica, se verifica situações em que famílias, por gerações e gerações, jamais conheceram uma vida com certa estabilidade, com certo conforto. Muito pelo contrário, foram vidas e mais vidas vividas na mais absurda precariedade e sofrimento.

Nesse sentido, a história do sofrimento social constitui um dos temas aos quais Leão Rêgo está se dedicando agora e sobre o qual a professora indicou as seguintes referências: Répondre à la Souffrance Sociale (ERES, 2005) de Michel Joubert e Claude Louzon; Histoires de la souffrance sociale (XVII-XX siècles)(Presses Universitaires de Rennes, 2007) de Frédéric Chauvaud e o importante livro de Emmanuel Renault, que se intitula Souffrances sociales (La Decouverte, 2008).

No caso brasileiro, o que explicaria a força da relação que se estabeleceu entre Lula e os mais pobres?

A relação com a figura do Lula é uma coisa complicada, no meu ponto de vista. O Lulismo significa, se você quiser usar uma bonita expressão, algo semelhante ao que Durkheim falou no início do século na França para se referir ao socialismo. Quando perguntaram a ele: o que é o socialismo? Ele disse: “antes de tudo, é um grito de dor”. No caso do Lula, a pessoa reconhece na sua figura, nas suas práticas governativas, alguém que, de alguma maneira, respondeu a isso, ou seja, aos seus gritos de dor:

Eu tenho uma entrevista muito forte no livro, da Dona Valdeni, no Piauí. Ela começou dizendo que tinha ódio de votar, que o prefeito tinha feito tudo errado. Em seguida, afirmou: ‘se eu pudesse eu só votava para presidente’. Aí eu retruquei: ‘pois é, mas a senhora disse que o bolsa família lhe ajudou e tal, a senhora votou...’ e ela interrompeu-me: ‘votei no Lula!’. Não me deixando nem terminar, completou: ‘pois é, mas ele é um político, ele é de um partido, foi Deus quem colocou ele lá, ele foi o único político que enxergou a minha pessoa...’. Ou seja, era uma conversa que ela estava desqualificando a política e o voto e, ao mesmo tempo, dizendo que gostava de votar.

Para a professora, seria importante considerar as realidades locais do Nordeste e o papel dos governos estaduais, como no caso do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. Junto a isso, haveria também uma cultura da personalidade centrada na figura



do Lula e mais distanciada do partido, que resultaria também devido ao “massacre midiático”. Em sua opinião, “*não se pode analisar seriamente isto sem analisar o papel dos meios de comunicação, em especial o da rede Globo, que é vista em todo país. Em alguns lugares, é a única fonte de notícias disponível. Esse imenso poder persuasivo se configura sim num poder de massacre, num controle formativo dos sentimentos públicos*”.

Apesar disso, como explicar a resiliência entre os mais pobres no que se refere ao Lula?

Precisamos estudar a memória do chamado ‘bom governo’. A teoria política sabe que isso existe e que comparece como lembrança na forma de afrescos, lendas, canções e cordéis. Inclusive, no Vale do Jequitinhonha, existem já esculturas do Lula, apropriadas pela tradição do artesanato local.

Por tudo isto, penso que tínhamos que começar a estudar seriamente como se forma a memória política dos governos. Por exemplo, a ideia de que o Lulismo só ganha nos grotões não é mais verdade. O Nordeste não é mais grotão, tem antena de televisão em todas as casas, universidades espalhadas por todo o país. Aqui no Sudeste, às vezes, não se tem ideia do impacto das universidades interiorizadas, das escolas técnicas.

Bom, o que é difícil entendermos é essa passagem, ou seja, os modos de sentir das pessoas e a resiliência de sua força eleitoral, mesmo com o discurso persuasivo da Globo dizendo que o Lula é um ladrão, criminalizando-o quase cotidianamente. E aí tem uma questão que eu acho que precisávamos pensar... por que o Lula? ‘Ah, porque ele melhorou a minha vida. Foi graças a ele que...’ e aí vem o elenco de melhorias reais nas vidas das pessoas. É só viajar pelos sertões, ouvir e ver as pessoas, para perceber o que de fato aconteceu. Essas tonalidades diversas precisam ser anotadas por nós.

Existe uma cidade no Ceará chamada Icó, do século XVIII, que tem seis igrejas barrocas. Em uma delas, havia na sala dos ex-votos um desenho de uma casa grande. Indagamos ao jovem que nos guiava o que significava aquele desenho que era diferente dos outros. Ele nos respondeu que era o pagamento de uma promessa para o programa Minha Casa, Minha Vida. Um programa social estava representado como ex-voto, ao lado dos pés, mãos, braços... como é comum na sala de ex-votos. Ou seja, já tem gente fazendo promessa... para o Estado! Nunca tinha visto isso. o Lula é mesmo uma figura muito polifônica, tem um cromatismo muito diverso.

Diante dessas questões, eu estou convencida que precisamos considerar um tema muito caro da historiografia, sobretudo da escola histórica francesa de Annales, que é a memória. O que é a memória? Se não, continuaremos a atribuir certos rótulos aos fenômenos sem, contudo, compreendê-los. Uma experiência de certo tipo de governo como foi o do presidente Lula no Nordeste é muito visível. Quero dizer, aquela casinha que agora tem luz, que tem a



cisterna, é do período petista. Isso não tem como não ver, é muito concreto.

Certa vez estava pesquisando nas redondezas da cidade do Crato e conversei longamente com um paleontólogo italiano, que fazia há mais de 20 anos pesquisas sobre os fósseis do sertão do Cariri e que trabalhara também nos sertões da Bahia. O que me disse ele? ‘Nunca vi uma mudança social e física tão rápida, como a que assisti aqui no Brasil estes anos todos’.

Por todas essas considerações, retorna então a questão central: o que é a pobreza? É preciso olhá-la nas suas nuances, ou seja, nos modos de experimentá-la, de senti-la pelas pessoas pobres. Uma figura forte como a do Lula possui por natureza muitas tonalidades que se modificam, como as cores o fazem, em virtude do tipo de iluminação que recebem. Penso que as tradições políticas e culturais locais jogam uma luz muito especial na figura do Lula. Os sentimentos vão desde o ódio, violento, a um desdém e uma admiração profunda.

RESENHAS

Essa seção conterá resenhas de livros recém-publicados que possam ser do interesse dos leitores de Lua Nova.

SINGER, ANDRÉ. O LULISMO EM CRISE: UM QUEBRA CABEÇA DO PERÍODO DILMA (2011-2016). SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2018. 392P

Thais Pavez

Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

O livro do cientista político André Singer apresenta uma teorização original da política e do sistema partidário brasileiro. No seu capítulo central, “Três partidos brasileiros”, a obra encontra o ponto de vista a partir do qual se propõe resolver o problema da crise e do despedaçamento do lulismo no segundo governo Dilma (2011-2016). A fortaleza da teorização de Singer se expressa no poder explicativo que o fio lançado pelo autor nesse capítulo traz para entender os dilemas da experiência democrática brasileira e suas vicissitudes. A forma do livro mostra uma costura interna que integra o restante dos capítulos a uma visão abrangente de cada um dos assuntos tratados nos capítulos da primeira parte (os dramas do primeiro mandato) e da segunda parte (as tragédias do *impeachment*).

Fortemente conectado a uma interpretação do conjunto da experiência nacional,



Singer consegue passar pelos eventos conjunturais e outros pormenores históricos e observar uma “linha mestre”, cuja duração remete ao período anterior a 1964. O fio encontrado pelo autor conecta a dinâmica de classes e do capitalismo brasileiro ao sistema partidário e traduz seus conflitos para a arena política.

Partindo da teorização do capitalismo em situações periféricas, Singer incorpora a formulação de Francisco de Oliveira que propõe que “a incompletude do sistema capitalista do Brasil”, com suas massas empobrecidas e “aparentemente” desligadas ou marginalizadas, funciona bem do ponto de vista da acumulação. O *ornitorrinco* (2003) apresentaria, por isso, um tipo original de modernização que avança repondo o atraso. Em consequência, um traço específico dessa sociedade seria o “limbo” – criação categorial de Singer – do qual os pobres “podem [...] sair individualmente, mas nunca como classe” (SINGER, 2018, p.21). Ou seja, nesse sistema, a pobreza não pode deixar de existir e, portanto, “as massas predominam” (idem, ibidem). A superpopulação excedente, rebaixando o valor do trabalho, permite ao setor moderno funcionar. Nesse sentido, o “limbo” seria “a atmosfera da qual o moderno retira o ar para funcionar” (idem, p.22). A categoria de “limbo” criada por Singer sugere algo contra intuitivo e revela as contradições do país. Diferentemente do que se poderia pensar, os pobres têm um lugar no capitalismo brasileiro, alimentando a força do setor moderno e impedindo, ao mesmo tempo, o seu “vir a ser”. Desse ponto de vista, o “Ornitorrinco” teria integrado os pobres os “desintegrando”, mantendo-os como massa no “limbo”.

Singer enfatiza que o funcionamento particular do capitalismo periférico no Brasil levou a sua “camada moderna” a um dinamismo próximo ao dos países desenvolvidos. Note-se que a tônica no setor moderno formado pelo capitalismo brasileiro permite a Singer a exposição em termos dialéticos das consequências políticas do “Ornitorrinco” e, portanto, das contradições da matéria brasileira expostas na interpretação de Oliveira. A primeira é que o setor moderno brasileiro “é grande o suficiente para impor vetos sobre a mudança do sistema, pois, se parte da sociedade está no atraso, parte significativa está no moderno”. O complemento teórico original de André Singer ao “Ornitorrinco” vem na seguinte formulação: “por mais paradoxal que pareça, o que paralisa o avanço não é o atraso, é o tamanho do setor modernizado” (idem, p.22-3).

O sucesso do “Ornitorrinco” implicaria a existência de um partido de classe média influente, em que constitui sua força política. Dando mais um passo na formulação, Singer propõe que esse partido se ligaria ao “partido do interior” que “administra o atraso”, e em que prevalecem as relações de clientela, e juntos bloqueariam “os incrementos de integração que o partido popular promove” (idem, p.22-3). Desse ponto de vista, o sistema partidário brasileiro encontraria sua chave interpretativa na dialética entre modernização e atraso, revelando um *impasse democrático* que, no contexto contemporâneo, explica o “golpe parlamentar” e a crise do lulismo.



Nesse sentido, a segunda consequência política é que a luta de classes encontraria seus termos brasileiros em forças políticas opostas que, por um lado, buscam manter as forças de reprodução do “Ornitorrinco” e, por outro, diminuir as margens de acumulação e integrar os pobres e miseráveis. Na hipótese de Singer, os três maiores partidos “reais” do sistema brasileiro, de 1945 a 2016, seriam mais ou menos os mesmos na medida em que traduzem institucionalmente as especificidades da luta de classes nacional, o que resultou numa oposição bipolar entre “o partido popular” e o “partido de classe média”. Ao analisar o jogo partidário-eleitoral entre 1989 e 2014 em comparação com aquele vigente entre 1945 e 1964, Singer observa que a luta de classes na configuração brasileira tende na maior parte do tempo a uma oposição entre “ricos” e “pobres”, o que dá a tônica do “conflito partidário” mediado por um vasto interior clientelista. Singer destaca que no período em que a classe trabalhadora ocupou o cenário nacional, na década de 1978 a 1988, o embate entre capitalistas e trabalhadores, isto é, entre esquerda e direita, ganhou centralidade. Entretanto, o forte peso dos mais pobres na sociedade brasileira exerceu uma força que empurrou os atores para uma configuração entre “ricos” e “pobres”, a qual “acabou se transfigurando, a partir de 2006, em ‘lulismo’ e ‘antilulismo’”. Portanto, a incorporação do subproletariado explicaria a transição do “petismo” para o “lulismo”.

O impasse democrático viria, portanto, das próprias contradições do “Ornitorrinco”. Uma vez que o “subproletariado” ou os mais pobres encontram seu programa efetivo no lulismo dificulta-se, dado o tamanho dessa população não integrada, a vitória do partido de classe média nas eleições presidenciais, “estimulando o golpismo” (idem, p.23-4). Nessa configuração, Singer demonstra que o partido do interior trafegaria de acordo com seus interesses, produzindo tanto uma estabilização da democracia como fez o PSD em 1961, como uma desestabilização, como fez o PMDB em 2016 e o próprio PSD no golpe de 1964.

Desse ponto de vista, o “reformismo fraco” do lulismo, mesmo sendo um modelo de conciliação e avanços graduais, tocaria no nervo da formação periférica do Brasil ao diminuir o “limbo” (idem, p.18). O lulismo, nessa chave, teria entrado em crise pois, ao ser “acelerado” pelo governo Dilma, acirrou suas contradições, que são também as contradições do país, sem ter ao seu lado “bases” robustas para o enfrentamento do conflito que engendrou.

O livro de André Singer é um encontro exímio e desencantado do intelectual com seu país, e se encerra sem sabermos os destinos do nosso impasse.

Referências bibliográficas

OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2003.

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.



CRUZ, SEBASTIÃO CARLOS VELASCO E. ESTADOS E MERCADOS: OS ESTADOS UNIDOS E O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2017. 317P

Neusa Maria Pereira Bojikian

Pesquisadora do INCT-Ineu. Doutora e mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP).

Por que criar um sistema multilateral de comércio? Uma das razões que teriam levado os líderes norte-americanos a apoiar a criação de uma organização internacional dedicada ao tema do comércio era a preocupação com a imagem negativa daquele país no âmbito internacional. O histórico de conflitos internos sinalizava um considerável risco dos Estados Unidos não cumprirem seus acordos internacionais. Do ponto de vista dos Estados menores, a ausência de tribunais ou de um sistema obrigando o cumprimento dos acordos internacionais estimulava aqueles melhores posicionados nas relações internacionais a agir oportunisticamente. Assim, o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), uma das instituições mais emblemáticas do pós-Segunda Guerra e que evoluiu para a Organização Mundial do Comércio (OMC), não apenas teria resolvido a questão da disputa interna entre os grupos de interesses, mas também, atribuiria maior voz aos grupos exportadores, reduzindo a dos concorrentes internos às importações. O GATT também teria resolvido a questão da falta de compromisso dos Estados Unidos por força de acordos bilaterais assinados com parceiros comerciais.

Entretanto, ao longo de sete décadas de existência do sistema multilateral, os Estados Unidos, representados por suas diferentes delegações de negociadores, recorrentemente agiram de maneira a deixar muitas dúvidas sobre o verdadeiro grau de comprometimento com a instituição que o país mesmo concebera. O estilo competitivo dos negociadores norte-americanos pode ser percebido nos recursos e táticas de poder a que recorreram – incluindo duras ameaças políticas, econômicas e militares. Em diversos contextos – pré-negociação, negociação, pós-negociação de acordos – o comportamento associado à cooperação propagada foi perturbado pelo comportamento oposto. Não se pode afirmar que desejavam que os demais signatários do regime sofressem danos ou perdessem algo, mas o fato é que os Estados Unidos atuaram exclusivamente em prol de suas metas.

No livro ‘Estados e Mercados’, publicado em 2017 pela Editora Unesp em parceria com o INCT-Ineu, Sebastião Velasco e Cruz mergulha em um conjunto denso de referências para trazer à tona questões de extrema relevância ligadas ao sistema multilateral de comércio. A essência da discussão proposta pelo autor envolve o princípio da soberania. A compreensão dos processos políticos ocorridos no desenvolvimento do sistema multilateral de comércio e o exame das instituições



formais que abrigam o referido sistema passam pela apreciação do princípio da soberania dos Estados. O enquadramento analítico, baseado na lógica das consequências, cuidadosamente escolhido pelo autor, resultou em uma narrativa de absoluta consistência. Isso a torna um instrumento interpretativo importante para acadêmicos, estudantes e operadores do comércio internacional que tentam compreender o funcionamento do sistema multilateral de comércio.

Velasco e Cruz destaca que um dos pontos de inflexão do sistema em análise começou a se configurar em setembro de 1986, com o lançamento da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, o qual resultou em uma série de acordos e deu surgimento à OMC, inaugurada em 1994. O autor argumenta que o que estava em jogo nessa rodada “era a própria natureza do regime multilateral de comércio”.

O contexto em que se passa a Rodada Uruguai não poderia ser mais tenso, conforme detalhadamente mostra o autor. De um lado posicionavam-se os ‘amigos’ do comércio liberal e suas receitas para alavancar a economia internacional, principalmente com a ideia de harmonização das regras de comércio, sob liderança dos Estados Unidos. De outro lado estava um grupo, mobilizado principalmente por Brasil e Índia, que buscava a diminuição da assimetria de poder nas negociações comerciais e lograr resultados menos desequilibrados. No caso de países como o Brasil, o problema tomava proporções ainda maiores. O país enfrentava o desafio de negociar a respectiva dívida externa (na prática impagável) em conjunção com um ambiente interno de mudança política e de mobilização social orientada por temas como desenvolvimento sustentável, redistribuição de renda, democracia e inserção internacional sem servilismo.

A mudança institucionalizada com a Rodada Uruguai, de fato, suscitava questões pertinentes à cláusula democrática, expressa na autonomia das sociedades civis para pautar suas respectivas prioridades. A agenda do sistema multilateral, cujo enfoque mudara para as questões pertinentes às políticas públicas, revelou um reposicionamento normativo do sistema de grande impacto para os países signatários. A mudança representou um golpe no compromisso que havia sido costurado no pós-Segunda Guerra. O compromisso do *embedded liberalism* asseguraria aos países que aceitassem regras mais liberais nas fronteiras maior autonomia no âmbito de seus respectivos territórios.

Em Estados e Mercados, o autor aponta a mudança substancial forjada na Rodada Uruguai como raiz do impasse verificado na Rodada Doha de Desenvolvimento, lançada em 2001 e até hoje em processo. Velasco e Cruz nota que, na Rodada Uruguai e inclusive em ocasiões anteriores, a “carta do regionalismo” e os instrumentos unilaterais foram usados como estratégias subsidiárias, fazendo com que operassem como mecanismos de pressão para enquadrar parceiros incautos e obrigá-los a legitimar a agenda de interesses particulares dos Estados Unidos. Já no contexto da Rodada Doha e nos anos subsequentes as estratégias se alteraram. Diante



das dificuldades crescentes de tornar a convencer os demais a aderir aos termos e condições de sua preferência, os Estados Unidos veem priorizando outros caminhos e escolhendo passar ao largo da OMC para erigir novos acordos comerciais. Priorizam os acordos preferenciais, sejam eles bilaterais ou regionais, cujos termos afetam a essência do sistema multilateral, qual seja, a não discriminação.

Nos termos dos acordos sob o abrigo da OMC, orientados pelo princípio da Nação-Mais-Favorecida (NMF), os signatários em geral – diz-se assim, porque há algumas exceções previstas – não podem discriminar entre os diversos parceiros comerciais. Uma vez feita alguma concessão, como a redução de tarifas relativas a direitos aduaneiros a um determinado parceiro, terá que se fazer o mesmo para todos os outros membros da OMC.

A narrativa apresentada em *Estados e Mercados* reforça a nossa ideia de que a opção estratégica dos Estados Unidos pelos acordos preferenciais desloca de vez o discurso que embutia o conceito liberal trader. Tal conceito refletia a liberalização seletiva feita para acomodar os interesses conflitantes dos principais atores do pós-Segunda Guerra, mas foi perdendo consistência ao longo das décadas com as leis internas americanas – Trade Act of 1962; Trade Act of 1974; Trade Act of 1984; Trade Act of 1988. A opção pelos acordos preferenciais expõe sem pudor a preferência pelo chamado fair trade. Mais do que tentar traduzir este último conceito, cabe dizer aqui que a orientação da política comercial norte-americana tem se baseado cada vez mais no princípio da ‘reciprocidade estrita’. Busca mensurar implacavelmente os termos das trocas com os respectivos parceiros, ou seja, busca apurar a distribuição dos recursos independentemente das capacidades dos correspondentes parceiros.

Para Velasco e Cruz, é intrigante sobretudo o fato de que os Estados Unidos não chegam a romper com a instituição, ou mesmo prenciar seu fim. Em vez disso, o que se verifica é uma mistura de comportamentos que altera o estado das coisas, mas sem colapsar assumidamente o sistema. Em geral, as próprias instituições são objeto de escaramuças contínuas, o que leva inevitavelmente a mudanças. Nos domínios do sistema multilateral de comércio isso também ocorre.

Inúmeras ocorrências promovidas por atores desejando escapar das regras que colidem com suas preferências são notadas. Chama atenção, no entanto, o comportamento dos Estados Unidos, forçando mudanças por meio de diferentes mecanismos como o redirecionamento, a negligência deliberada e o esvaziamento. O exemplo mais concreto e atual de elaboração de mudança colocada em prática pelos Estados Unidos traduz-se no veto à escolha de novos árbitros para o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC. À medida que os mandatos judiciais expiravam, novos candidatos eram indicados para ocupar as respectivas vagas. Mas com o governo de Donald Trump esse padrão se alterou, afetando drasticamente o funcionamento do OSC. A morosidade dos processos judiciais é a consequência



mais imediata. E em 2019, se a conduta norte-americana se mantiver, o OSC contará com apenas um árbitro e deverá ter suas operações suspensas.

Ao passo que no governo Barack Obama se verificava resistência a internalizar decisões do OSC contrárias às preferências dos Estados Unidos, no governo Trump o órgão é francamente desafiado. Ao estabelecer que as autoridades norte-americanas são efetivamente o último recurso para dirimir as disputas comerciais, o governo Trump visa a retirar os poderes do órgão sem qualquer cerimônia.

Como compreender tudo isso? Em todos esses episódios há algo que se mantém constante, conforme Velasco e Cruz identifica em sua obra: “a defesa insistente de um sistema baseado em regras universais e a afirmação do direito 'soberano' de definir em quais circunstâncias ignorá-las.” Está aí a chave indicada pelo autor.

RESENHAS DE TESES

Essa seção contará com resenhas de teses de doutorado recentemente defendidas. Feitas pelos próprios autores, o intento é divulgar a produção mais recente nas áreas em que a Lua Nova se destaca

SANTAELLA GONÇALVES, RODRIGO. *TEORIA E PRÁTICA EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: DA NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO AO PRAGMATISMO POLÍTICO (1958-1994)*

Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018

O principal objetivo da tese foi elucidar aspectos da relação entre teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso, no período compreendido entre o início de sua produção teórica até 1994, ano de sua primeira candidatura presidencial.

Utilizamos um arcabouço teórico predominantemente gramsciano, apresentado de forma detalhada no primeiro capítulo do trabalho. A partir dessa discussão, concluímos que Cardoso construiu, nos primeiros anos de sua trajetória acadêmica, um processo de nacionalização do marxismo sui generis no Brasil: a partir da fusão entre pesquisa empírica e teoria marxista, Cardoso criou um arcabouço interpretativo original, forjou novas categorias e contribuiu tanto para a compreensão da realidade latino-americana e brasileira quanto para o desenvolvimento do próprio marxismo. A



particularidade desse processo, que o diferencia dos exemplos clássicos de nacionalização do marxismo (Vladimir Lênin, Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui) e dos analisados por Bernardo Ricupero (Caio Prado Junior) e Luis Tapia (René Zavaleta Mercado) – a substituição do engajamento político baseado numa aposta no protagonismo e na capacidade das classes populares pela pesquisa empírica – se não prejudica inicialmente seu alcance teórico, teve consequências político-teóricas importantes. Se Cardoso fazia uma análise acurada do cenário latino-americano e brasileiro, pelas características do processo de construção dessa análise tinha dificuldades em vislumbrar alternativas estruturais. Entretanto, o trabalho demonstrou que a contradição entre a constatação da impossibilidade de mudanças estruturais versus a esperança em transformações inesperadas provenientes dos setores populares formou uma tensão importante em Fernando Henrique: não estavam embutidas em sua formulação teórica sobre a dependência todos os passos políticos que seriam dados por ele no futuro. No segundo capítulo da tese, demonstramos tanto os elementos do processo de nacionalização do marxismo, que tem como ápice as formulações sobre a Dependência nos livros *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* quanto a existência dessa tensão no início da produção teórica mais robusta em Cardoso.

O terceiro capítulo do trabalho demonstra como aquela tensão inicial foi se resolvendo na prática política e como os primeiros anos de Senado Federal (a partir de 1983) consolidaram um perfil programaticamente moderado e politicamente institucionalista, já separado de qualquer perspectiva de transformação por fora das instituições democráticas. A partir de 1985, com a consolidação da transição democrática brasileira e pelas funções políticas que exercia, a relação teoria e prática em Cardoso passa a ter como marca um momento praticista. A predominância da prática política concreta o leva, teoricamente, a um retorno ao dualismo estrutural que ele tinha ajudado a superar com as formulações sobre a dependência. O Brasil passa a ser visto como um país detentor de uma sociedade superdesenvolvida e moderna a qual conviveria com um setor extremamente atrasado. Ao mesmo tempo, o mundo se globalizava, o capitalismo avançava e gerava situações em que muitas pessoas eram inimpregáveis e muitos países inintegráveis. A tarefa, naquele contexto, seria acelerar a modernização do Brasil, desenvolver e engatar seu setor mais dinâmico ao mundo globalizado, para assim ter condições de amenizar os problemas da população atrasada e excluída. Não havia mais solução estrutural possível para esses setores.

Com essa interpretação em mãos, em um momento de consolidação de uma nova hegemonia no país, Cardoso encurtou até o limite a distância entre a forma como ele via a realidade – o “ser” – e o que almejava em termos de transformação – o “dever ser”. Neste momento, a fusão entre teoria e prática acontece de maneira



diametralmente oposta àquela que Gramsci demonstrava ser a melhor forma de compreender a realidade; o marxista sardo dizia que somente o “dever ser” como vontade concreta conecta filosofia, história e política e é a interpretação realista e historicista da realidade porque localiza o presente num contexto mais amplo, que é história, momento e conjunto de possibilidades. Momento e conjunto de possibilidades praticamente se fundem em Cardoso, e o possível, que orienta suas ações, passa a ser simplesmente o provável: o desenvolvimento nos termos da hegemonia estabelecida naquele momento. O quarto capítulo do trabalho pretendeu demonstrar justamente esse derradeiro processo de adequação à hegemonia vigente em Cardoso, que culmina em sua candidatura à Presidência da República.

Buscamos demonstrar como Cardoso caminhou, sem grandes rupturas, do momento que chamamos de “nacionalização do marxismo sui generis” para um pragmatismo político que era marca de sua atuação em 1994. Encontramos na confluência entre sua trajetória inicial, suas origens sociais, as características de sua produção teórica mais importante e os elementos do contexto histórico, social e político do país durante a transição, as bases para as opções políticas seguidas por Cardoso. Mostramos a existência de uma tensão em sua produção teórica, para explicar como esta foi se resolvendo na prática política, em especial entre sua candidatura ao Senado, apoiada pelo novo sindicalismo brasileiro, em 1978, e sua candidatura a prefeito de São Paulo em 1985, já desconectada de uma perspectiva de esquerda. Ao fim e ao cabo, demonstramos como a definição de uma nova hegemonia no país no final dos anos 1980 criou as condições para a consolidação desse pragmatismo em Cardoso, que passa a justificar “teoricamente” suas ações a partir do retorno a uma dicotomia moderno versus arcaico que ele próprio ajudara a superar com a teoria da dependência.

A falta da aposta militante como ponto de partida, as dificuldades reais da situação estrutural brasileira e latino-americana e as características do processo de transição para a democracia no Brasil, fizeram com que, aos poucos, a distância entre o que Cardoso compreendia como o real e o que entendia como possível fosse cada vez menor. Já desfalcado de suas perspectivas utópicas, sua previsão dos anos 1970 se confirma tragicamente em sua própria trajetória no início dos anos 1990: sem a imaginação e a vontade de um horizonte de alternativas, seu realismo só consegue transformar-se numa atitude resignada, de “acomodação com tudo o que existe”.



INATOMI, CELLY COOK. A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS POLÍTICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2016. (Acesse aqui)

O objetivo da tese foi analisar a atuação do Poder Judiciário nas políticas de erradicação do trabalho escravo rural no Brasil contemporâneo, de forma a verificar seus entendimentos acerca do trabalho escravo, suas formas de argumentação e seus posicionamentos frente à necessidade das políticas de erradicação dessa modalidade de trabalho. Para tanto, a tese empreendeu uma análise em profundidade e em fluxo de três casos que trataram do tema do trabalho escravo rural no Brasil, sempre sob o olhar conjunto de três dimensões de análise: individual ou do jogo político, institucional e estrutural.

Os casos analisados trouxeram cada qual elementos singulares e comuns para a sustentação da tese de que o Poder Judiciário atuou de forma mitigada, apresentando mais limites do que possibilidades de apoio às políticas de erradicação do trabalho escravo rural. E os fatores que ajudaram a identificar essa atuação limitada do Poder Judiciário caracterizaram-se, sobretudo, por uma multidimensionalidade de fatores, que se apresentou em cada caso de uma forma particular. Foi possível reconhecer a presença de fatores de ordem individual, institucional e estrutural de forma combinada em todos os casos, mas a expressividade de cada tipo de fator, assim como a interação entre eles, apresentaram-se em cada caso de uma forma distinta.

No primeiro caso estudado, o Caso do “gato”, os limites da atuação do Poder Judiciário se deram, sobretudo, em função de fatores de ordem institucional, mas que se coadunaram a fatores de ordem individual-estratégica relacionados à capacidade litigatória da defesa do “gato”. O estudo do caso nos mostrou que fatores de ordem institucional marcaram significativamente a atuação dos juízes, dando ensejo para as estratégias individuais da defesa do “gato” pedir sucessivos adiamentos ou repetição de audiências, que foram, com frequência, deferidos pelos juízes sob o princípio da ampla defesa, mesmo passados mais de 10 anos das denúncias feitas. O caso do “gato” deixa explícitos os problemas de ordem institucional que podem ser estrategicamente explorados para obter o adiamento até a prescrição dos crimes. Foram cerca de 10 anos de processo discutindo regra procedimental e processual, adiando assim as discussões de mérito.

No segundo caso estudado, o caso do senador João Ribeiro, as limitações do Poder Judiciário se revelaram, sobretudo, nos posicionamentos individuais



conservadores dos juízes acerca do trabalho escravo rural e das próprias políticas relativas à sua erradicação. Tais posicionamentos individuais, no entanto, deixaram explícitos não apenas a falta de uma atuação de fato institucional do Judiciário, além do problema da morosidade judicial, como também a questão da permanência histórica e estrutural de entendimentos conservadores e preconceituosos sobre a realidade do “homem do campo” e do direito do trabalho no setor rural, mesmo com a Lei nº 10.803, de 2003, tendo já reformado o código 149 do Código Penal para consubstanciar em possibilidades concretas a concepção de trabalho escravo.

E no terceiro caso, por fim, o Caso Pagrisa, as limitações da atuação do Poder Judiciário se deram especialmente em função de fatores de ordem estrutural, dada a importância econômica e social da empresa e a permeabilidade que o Judiciário mostrou às pressões exercidas. A importância econômica e social da empresa se manifestou de forma significativa no andamento do caso, na medida em que a preocupação dos senadores com o cenário econômico do agronegócio repercutiu na preocupação de até mesmo de lideranças sindicais com a manutenção de empregos na região, que, por sua vez, repercutiu no plano individual da rede de relações da empresa, que obteve apoio de diversos órgãos e associações através dos depoimentos e relatórios utilizados em juízo. Contudo, quando observamos os aspectos institucionais, percebemos que eles também estiveram presentes no caso. Embora a empresa tenha conseguido, assim como o senador João Ribeiro, arrancar mais posicionamentos de mérito dos juízes acerca do tema do trabalho escravo, isso não significou que eles tenham apresentado uma posição harmônica ou institucionalizada sobre o que é trabalho escravo. Um dos poucos pontos de relevante concórdia entre juízes se fez presente ao defender a credibilidade do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), fato que refletiu o forte papel institucional e político do grupo no período em que o caso ocorreu. O Judiciário argumentou em favor da fiscalização, ainda que tenha questionando os elementos descritivos e denunciadores de trabalho escravo.

Essa análise dos casos veio a se somar aos prospectos traçados pelas avaliações críticas dos atores políticos e sociais, bem como à análise das diferentes abordagens analíticas sobre a atuação política do Judiciário. Mais uma vez se evidenciou o papel historicamente mitigado do Poder Judiciário e se mostrou a necessidade de uma estratégia de pesquisa que levasse em conta as três dimensões de análise para explorar as inter-relações sobressalentes em cada caso estudado.



MEMÓRIA

Como forma de pensar o papel histórico e intelectual do CEDEC e de suas publicações, essa seção será composta por entrevistas de ex-editores da Lua Nova, nas quais se buscará pensar o caminho percorrido pela revista e os seus desafios para o futuro.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR GABRIEL COHN - USP

Álvaro Okura

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Leonardo Octavio Belinelli

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, 3 de setembro de 2018



Gabriel Cohn é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) (1964), mestre em Ciências Sociais (Sociologia) (1967) e doutor em Sociologia (1971) pela mesma universidade. Ainda na USP, obteve o título de livre-docente (1977) com a tese que deu origem ao livro *Crítica e resignação – Max Weber e a teoria social* e chegou à titularidade (1985). Tornou-se diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em 2006 com mandato até 2008. Em 2011, tornou-se professor emérito da universidade.

Além da vasta trajetória na docência e pesquisa, foi figura atuante em diversas associações do campo das Ciências Sociais: foi presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983-1985); presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (1985-1987); presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) no biênio 2005-2006. Foi editor da revista *Lua Nova* entre 1991-2003.

O senhor assumiu a editoria da revista em 1991, correto? O senhor já atuava no CEDEC ou na revista? E como era o campo editorial das ciências sociais na época do lançamento?

Então, eu tinha contato constante com o CEDEC, mas não tinha, não exercia nenhuma função lá dentro. Me aproximei da revista e acabei assumindo a



editoria da revista. Não só eu, era uma dupla: eu e o professor Álvaro de Vita, lá da USP. O professor Álvaro teve um grande papel nisso: na definição de pautas, de orientações e tudo mais. Na época, o conselho editorial teve um papel importante de definir a continuidade da entrevista. Mas adiante, à medida que a coisa avançava, houve uma espécie de retração do conselho e a condução da revista foi se tornando mais “autocrática”, e o editor foi engolindo tudo. Talvez seja o caso de lembrar que a revista foi criada em certa altura, dos anos 1980 pelo professor José Álvaro Moisés. Na época, era uma revista que talvez um pouco lembre o boletim que vocês estão querendo fazer agora. Era uma revista de intervenção rápida, ágil, no debate. Com o tempo, e considerando que você tinha que trabalhar com uma periodicidade um pouco mais dilatada, tornou-se claro que você não podia reagir aos estímulos de cada momento com a agilidade necessária se você tinha uma revista trimestral, quadrimestral. Então, havia também uma certa demanda por uma coisa que faz falta sempre, para uma intervenção não pontual, mas digamos mais reflexiva sobre e uma busca também por fundamentos. Ah, o que está sendo discutido por aí a respeito de tal ponto? Então, a gente ia procurar. Isso é mais forte agora do que naquela época. Agora, a reação ao que surge em cada momento, tem outros canais e a revista, e mesmo o boletim, tem mais capacidade de dar uma certa consistência, uma certa permanência, ao que está sendo cotidianamente discutido. A tendência foi no sentido, então, de procurar artigos de fundo ou que dissessem respeito a pesquisas. No caso das pesquisas, era mais ou menos normal, porque a revista, embora nunca tenha sido um órgão do CEDEC como instituição, claro que tinha um vínculo muito forte. O pessoal do CEDEC procurava sempre levar sua contribuição para a revista. O conselho acabou deixando fluir, não teve uma interferência constante, parece que achou que a coisa estava indo bem. Agora, foi muito importante o diálogo da dupla, o Álvaro e eu. E como no caso havia uma coincidência de concepções, foi muito fácil. Quer dizer, a gente trabalhava fácil junto. O Álvaro foi muito importante na orientação da revista numa área que era pouco discutida que é o que ele chamaria de teoria política normativa. Discussão da questão da justiça, da distribuição. Nós publicamos artigos locais e artigos de figuras internacionais, como o próprio John Rawls, Amartya Sen e etc e tal.. Então a ideia, uma das coisas que acabaram, assim, dando um certo perfil à revista era isso. E a orientação era sempre no sentido de procurar um ângulo que permitisse uma reflexão sobre a temática que estava em jogo. Por exemplo, se você pegar as anotações que vocês fizeram da temática possível da revista, é curioso porque lá ficam claras que algumas coisas, na época em que eu estive pelo menos, foram muito pouco discutidas. Por exemplo, enfrentar a questão do que foi a Guerra Fria. A gente não enfrentou, a gente não discutiu. o Cícero Araújo organizou um número especial que foi muito bom, que pegava a temática da revolução. Antes, a gente tinha artigos mais soltos. Lembro do Ruy Fausto escrevendo sobre o [Karl] Kautsky, sua intervenção e as críticas que ele faz a Lênin, ao leninismo.. E, lembro também do Fiori escrevendo. Acho que o Leôncio



[Martins Rodrigues] também.. Então, havia coisas ocasionais. Mas se vocês me perguntarem o que realmente deixava uma marca, era essa coisa de procurar uma busca de temas para reflexão e de fundamentos, quer dizer, no caso seriam coisas mais teóricas e, nesse particular, essa busca de elementos para se pensar o que é, o que se pode sustentar como desejável na construção de uma sociedade, digamos, democrática. Quer dizer, a ideia do normativo aí, que é a especialidade do Álvaro de Vita, não era simplesmente trazer uma coisa, assim, meio exótica, mas procurar pensar sobre o que o grande debate que ocorria internacionalmente sobre a questão da construção de uma sociedade justa, sobre a questão de como fundamentar novas práticas distributivas no interior da sociedade, tipo o que o Amartya Sen fazia. Eu lembro que uma vez o nosso [Eduardo] Suplicy estava todo encantado porque só na Lua Nova ele tinha encontrado um artigo do Amartya Sen. Aliás, a coisa da renda mínima, isso foi discutido, apareceu várias vezes em artigos da revista. E uma das coisas realmente simpáticas que a gente na época ouviu da revista foi uma observação do professor Paulo Singer, aproveito para prestar homenagem a esse grande mestre, “poxa, esse número que vocês fizeram estava legal, eu peguei e li de ponta a ponta”. Não se lê uma revista de ponta a ponta. A não ser o revisor, nenhum ser humano normal lê uma revista de ponta a ponta. Houve uma época que havia muito debate também da coisa da, da coisa de Estado e Mercado, então a gente entrou por aí. E na questão das políticas sociais, a questão da sociedade de bem-estar, A gente, na realidade, não cobriu sistematicamente o debate sobre desigualdades e distribuição de renda, em parte porque esse debate encontrava espaço em outros cenários, então a gente não se orientou tanto para isso. Mas a ideia foi sempre essa, de entrar ou trazendo resultados de pesquisa, coisas mais opinativas, claro, mas relativamente poucas. E essa coisa do grande debate, sempre pensando na incidência disso sobre o nosso debate local. Era essa orientação e acho que ela persistiu durante esse período. E um pouco antecipando as questões de vocês, não exatamente nesses termos, mas da concepção geral do formato da revista, eu tenho impressão de que isso persistiu. Quer dizer, não houve uma quebra. Os colegas que vieram depois, veio o Cícero [Araújo], veio a Élide [Rugai Bastos], a Rossana [Rocha Reis] e depois veio o Bruno [Konder Comparato.]. Eu tenho a impressão que a Lua Nova atual por continuar um pouco sendo uma revista, digamos, entre muitas aspás, “pesadona”, de artigos de fundo, etc e tal ... um pouco por isso devem ter pensado na coisa do boletim. Quer dizer, recuperar um pouco, em um outro veículo que não seja tão alongado no tempo, a questão da intervenção rápida. Isso, as coisas que estão ocorrendo à sua volta. Se pautar as eleições de 2018 na revista, você corre o risco de chover no molhado ou, ou ... enfim perder todas ... sem falar que, como esse negócio é tão turbulento, você provavelmente vai ter que pôr o artigo, tirar o artigo, pôr o artigo ...

Corre o risco de sair já desatualizado ...



Com certeza. Ou dando um tremendo de um fora.

A ideia do boletim foi justamente um pouco essa ...

A intervenção, não é?. Não vamos esquecer que a Lua Nova é uma revista de Cultura e Política. Quer dizer, uma revista de intervenção política e de reflexão sobre o modo como essa coisa é absorvida pela sociedade.

Mas fazer naquela época uma revista de Cultura e Política era uma coisa meio curiosa, mas no entanto refletia um pouco o que o CEDEC foi na sua fase heroica. A fase heroica do CEDEC passou não porque o CEDEC não prestasse, mas porque mudou inteiramente a sociedade, o panorama político desse país e também as formas de publicação e tudo mais. Quer dizer, o tipo de coisa que o CEDEC fazia naquilo que chamo de fase heroica, que foram, seus primeiros 20 anos de vida, era realmente participar da intervenção bem fundamentada e com uma orientação definida, que tinha uma ressonância muito forte, embora sem nenhum vínculo mais orgânico das preocupações da época do PT. Nunca houve uma partidarização; aliás, isso é uma coisa boa do CEDEC: todo mundo estava lá no debate e era muito bom, mas era debate. Então o CEDEC era o lugar onde as pessoas se reuniam para debater: o tempo todo estava fazendo seminários, as salas ficavam cheíssimas ... vocês não chegaram a pegar a casa do CEDEC?

Peguei.

Então, aquelas salas simpáticas, o pessoal ficava até fora da sala. Eram debates fortes. Aquela época foi uma época de grandes debates. Tinham mil projetos, havia talvez um pouco menos exacerbada e áspera a polarização que tem hoje. Quer dizer, na época, digamos, petistas e tucanos se davam bem. Atualmente você não pode coloca-los na mesma sala que eles se matam. O debate está difícil. E não é de hoje; isso já faz talvez duas décadas também. Foi se acentuando. Não é mais uma cultura do debate. A sociedade não está convidando a isso, está na realidade levando muito mais a brutais polarizações.

E a sua primeira aproximação com o CEDEC, como que foi isso?

Desde o comecinho. Na verdade, participei dos debates de criação do CEDEC, depois continuei, mas quem pegou mais, militou mais ... aqui nessa casa tem muita divisão de trabalho. Eu fico olhando e entrando de carona e a Amélia milita, era no CEDEC, era no PT, que ela participou muito, etc. Mas, o grande momento foi quando o CEDEC era um centro de debates. O que houve



foi um racha, uma cisão, no CEBRAP . No caso, a liderança da cisão era do [Francisco Weffort. O Weffort teve um papel importante na formação do CEDEC e se criou essa coisa alternativa. Houve bastante reuniões, bastante debates sobre qual deveria ser o perfil dessa instituição. Figuras como o Weffort, a Marilena Chauí deu muito força para isso, o Paulo Sérgio Pinheiro, e muitos outros. ~Como eu dizia, as próprias mudanças da sociedade foram fazendo com que perdesse um pouco o impulso isso. Atualmente, é difícil você fazer um evento que tenha real ressonância; pode ter ressonância, mas você não reúne um monte de gente numa sala para discutir, é difícil, a não ser que seja uma coisa extremamente atual. Se você levar para o CEDEC o Zé Dirceu para contar o que ele está escrevendo sobre a vida dele ou qualquer coisa assim [risos] é capaz de ir mais gente, não tantos, hein? Não tantos ... Mas qualquer coisa desse tipo. Agora, isso teve, claro, ressonância na revista. Vocês poderiam dizer: se o debate não se dava em sala, por que diabo a revista não promovia? Mas a ideia não era que a revista fosse um prolongamento linear do CEDEC, o que aconteceu é que se o debate entre nós, o nosso amistoso debate, diminui, a revista tem que jogar estímulos para eventual retomada de um debate maior e não deixar a coisa cair, porque nós passamos, mais do que um momento, nessa sociedade, por um período de brutal retração, de desestímulo etc e tal. Quer dizer, quando eu falo da fase heroica do CEDEC, eu estou pensando numa fase que dizia respeito à famosa redemocratização, a saída do regime autoritário, então era uma efervescência ... e era o momento de se projetar as aspirações no cenário e discuti-las. Quando a coisa começou a se institucionalizar mais, quando ocorreu isso que vocês levantam naquelas anotações, quando você teve o Fernando Henrique, teve o Lula, teve 16 anos com aquela relativa estabilidade, com promessas de construção de muitas coisas interessantes ... isso daí também é um pouco que canalizou para as expectativas em relação ao, ao exercício do poder, aquilo que antes era assim uma aspiração da sociedade. Vejam bem, o CEDEC é um pouco uma expressão, no seu primeiro momento, de um debate, um confronto de orientações que foi muito importante, digamos, nos anos 1980, , desde o final do regime autoritário. Havia um debate, um confronto, entre a ênfase no Estado e a ênfase na sociedade; é a sociedade, a famosa sociedade civil que tem que ter a primazia, é lá que você tem que encontrar as formas emergentes de novas propostas ou você tem que jogar para o lado da institucionalização? O CEDEC não só tinha lá uma posição que na época era relativamente nítida, quer dizer, apostava na sociedade civil, apostava no debate no interior da sociedade, na construção de novas forças sociais, como acompanhou muito a construção dos movimentos sociais. Lembro-me que na área da saúde, a Amélia [Cohn] acompanhou muito isso, e o CEDEC estava sempre ali perto. O CEDEC era um órgão, era uma instituição, era um conjunto de pessoas que apostavam capacidade dinâmica da sociedade mais do que apostavam na capacidade institucionalizadora do Estado. Esse debate se traduziu um pouco na revista. Não me lembro se ele chegou a escrever diretamente sobre isso, mas um chileno, chileno-alemão, Norbert Lechner, que era uma figura brilhante, ele refletia sobre isso. Houve um momento em que essa coisa teve



repercussões políticas diretas aqui nessa cidade, quando Luiza Erundina (PT), meio de surpresa, assumiu e realizou uma belíssima gestão. Na época, e sobretudo o PT, era essa coisa: a sociedade, são os movimentos! Então a Erundina queria levar tudo de roldão, não estava nem aí para essa corrupta e podre Câmara Municipal. Dizia : “Não, a pressão dos movimentos vai resolver”. Quase que quebrou a cara, porque os ratos sabem se organizar e se defender; vocês estão vendo isso agora, não é? E na época ela começou a ter dificuldades enormes ... quer dizer, essas coisas foram se acumulando no sentido de que amenizou o entusiasmo movimentista, digamos, e talvez um pouco se perdeu também a força do grande debate, do debate quase que cotidiano . Só refluiu, em todas as instituições houve refluxo, na universidade houve refluxo. e isso já antes, não estou falando desse período recente, que é uma coisa inigualável, não é? Não estou falando de 2016 pra cá. Curiosamente, como é que a revista chegou a responder à coisa de 2013, vocês lembram disso? Deve ter artigos. Quer dizer, quando é um negócio assim, bastante contundente, não há dúvida, mas o refluxo é real e a trajetória da revista, não acredito que tenha sido negativa, mas a trajetória da revista foi se consolidando em cima disso. Já que você não está o tempo todo se engalfinhando numa sala em torno de uma questão – como é que nós vamos fazer? Como é que nós vamos resolver a questão da saúde – então o pessoal se matava lá e ... já que não é esse o foco, então vamos colocar coisas de mais longo prazo. Tanto que Lua Nova é uma revista de consulta. Eu me divertia lá na [Faculdade de] Filosofia [Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], na Biblioteca, se você olhasse, os números eram muito usados como referência. Não é uma revista conjuntural, é de consulta. Você pode pegar agora números de 10 anos, de não sei quantos anos atrás, e encontrar coisas interessantíssimas. A continuação disso depois com o Cícero contribuiu também porque o Cícero também é um homem , do debate. No primeiríssimo momento, no momento do Moisés e do pessoal que estava ligado a ele, a coisa era divertida porque ninguém estava pensando, imagino eu – não conversei com eles na época – mas imagino eu que ninguém estava pensando naquela época em fazer uma revista que fosse consultada depois de anos. Não, era o impacto daquele momento. Eu acho que isso pode ser expresso melhor pelo nome da revista, que é totalmente anômalo, Lua Nova. O pessoal criticava muito, dizia: “como vocês podem querer que alguém preste atenção numa revista Lua Nova ? Vão pensar que é um troço esotérico”, que provavelmente era mesmo. Então, Lua Nova, o que é? Lua Nova é tempo de semear. Isso também pega o outro lado, que é um pouco lado do PT, que pega, no caso, o criador da revista, o Moisés, que é o lado cristão. Tempo de semear é o tipo da coisa que você espera que seja dito no púlpito de uma igreja, mas não numa instituição que está aí preocupada em fazer o pessoal se matar em torno de saber se o Bolsa Família presta ou não presta etcétera e tal. Então, entre o, digamos, o esperançoso, o quase profético, do primeiro momento e o que aconteceu depois , você tem realmente mudanças muito acentuadas; em alguns momentos, quebras mesmo. Lua Nova continua tendo o mesmo título - maluco, aliás -, a essa altura já se definiu, é uma revista que é bastante conhecida,



tudo, mas continua sendo um título piradíssimo ... Provavelmente não haja em nenhum lugar uma publicação assim, com essa densidade, que tenha esse título. Eu não consigo lembrar de nenhuma.

O professor está falando do título e o subtítulo dela? Que é Revista de Cultura e Política. Tem alguma vinculação, isso com os **Cultural Studies** de **Birmingham**?

Não. Nenhuma. Absolutamente nenhuma. É que o CEDEC pelo nome também foi criado como uma instituição com ênfase nos estudos de cultura. Cultura contemporânea no caso. Então a revista tentava absorver isso. Eu não sei porque eu não estava no CEBRAP, em nada disso Talvez, em parte, a coisa tenha sido absorvida na época como “nós vamos fazer um centro de pesquisa, de reflexão, de debate que não fique só preocupado com a política institucional. Nós queremos jogar a questão da cultura. A questão dos modos pelos quais circulam as ideias, etc. e tal”. O CEBRAP na época, talvez, fosse um pouco mais institucional. Porque o CEBRAP é um órgão, que desde o começo, discutiu as grandes questões institucionais. Era isso. Depois mudou muito. A revista do CEBRAP é uma revista muito de cultura.

E, a Lua Nova quando surgiu, tinha alguma coisa a ver com a imprensa chamada imprensa alternativa, onde se tinha Almanaque?

Não, o formato era diferente.

Você tinha a Presença, que já era outra coisa, que é Cultura e Política, se não me engano, também?

A Presença, não. A Presença eu tenho certa afinidade. Pois é. É isso mesmo. A orientação era essa e tal. Não, mas você tinha aquelas revistas mais... A Revista Versos, que é um pouco do que você falou, a imprensa alternativa, tem muito a ver com isso. Não sei se caiu em mãos de vocês, ou alguma coisa. Tem até um livro que reúne o material dessa publicação. Ela não foi modelo. Se a gente fosse examinar a Lua Nova e sua trajetória, você poderia fazer um confronto com essas publicações, que eram realmente diferentes. Ou coisas, eu diria simpaticamente moleques e altamente sofisticadas como a Almanaque. A Almanaque, que foi feito pela Brasiliense, era, muito aqui entre nós, era divertimento de um grupo de brilhantes intelectuais da USP, não é? No fundo é isso Isso teve influência não sobre, digamos, CEDEC e Lua Nova. Teve influência sobre Folha [de São Paulo], Folhetim. Essas coisas absorveram muito disso. Essa coisa de... uma certa coisa brilhante, espirituosa, etc. e tal. Nesse ponto, o CEDEC era mais sério. Dizia, não, não estamos aqui para



brincadeira. Nós estamos querendo é que o grande debate ganhe consistência, não fique um pouco perdido. Eu até desconfio que atualmente ele está muito perdido. Vocês têm que fazer uma campanha forte para o pessoal por aí ler mais Lua Nova, viu? Porque está meio perdido. Por causa até da dinâmica no momento muito perversa das redes, desse troço. Contam que as músicas hoje não podem ter nada de novo que dure mais do que 1 minuto, depois tem que ser a repetição, que ninguém acompanha mais do que 1 minutos e por aí vai. Você já imaginou a Lua Nova de minuto? Eu tinha sugerido, na época, um título alternativo, mas o Conselho Editorial muito autoritariamente [risos] não permitiu, que era Eclipse.

Um título premonitório, porque hoje...

Pior, quem poderia imaginar?. Não, é claro que se você pensar no que era a atmosfera e o debate no período da chamada redemocratização ... que não foi uma coisa doce, não. Porque havia um nível quase patológico de politização do cotidiano. Então, tudo era medido se era democrático ou não. É óbvio que o meu era democrático e o do outro não era. Então, era um horror simplesmente, em vários aspectos. Eu, pessoalmente, tive chance de sentir isso muito de perto na época. Mas o fato é que o contraste é espantoso. Se pensar em uma época em que você está jogando todas as suas aspirações e esperanças para frente, dizendo “Ah! Nós vamos conseguir, nós vamos transformar essa droga aqui numa sociedade democrática, vibrante, etc. e tal.”. E, de repente você vê: Temer. Quem é que podia pensar, Temer? Era inconcebível. Saímos do autoritarismo, não teremos mais, não var ter segunda rodada de regime autoritário, agora é construir a democracia e vamos em frente. Era impensável. Então, isso marca um pouco a revista também. O nome nesse sentido era premonitório, não é? Essa revista é marcada pela ideia de que a gente vai avançar, vai construir, vamos dar fundamentos, vamos ajudar a refletir sobre o que a gente está fazendo.

Uma pergunta, professor. O senhor deu a sugestão de Eclipse lá atrás, tinha uma razão particular?

É, mas isso era muito... as brincadeiras que corriam o tempo todo. A redação da Lua Nova era muito piradinha... que nem a tal história de que o – e isso é verdade, nunca foi refutado, isso é um dos meus orgulhos, nunca foi refutado – que o Amartya Sen só ganhou o Prêmio Nobel depois de ter publicado em Lua Nova. Nós proclamamos isso na revista.

Aproveitando já que o senhor mencionou a questão do Conselho, que era bem-humorado, qual foi o principal desafio que o senhor e a equipe editorial enfrentaram na época?



Bom, na realidade os desafios mesmos nem eram de ordem editorial ou intelectual, eram de ordem material. O CEDEC dos anos 1990, exatamente no período que estive mais lá, passou por dificuldades imensas. O CEDEC tinha muito apoio de agências, inclusive internacionais, Fundação Ford, etc. Não porque morressem de acesso democrático. Simplesmente era conveniente na época. Se bem que isso coincidiu em alguns momentos, no caso americano, com o absoluto anti-Trump, que era o presidente Carter. Carter era realmente uma figura excepcional. Ele era totalmente diferente. Um ponto fora da curva. E isso deu muita força a esses apoios, às entidades que trabalhavam pela abertura dos regimes em vários lugares. Então, houve esse momento. Depois que a coisa começou a se normalizar, avançou a chamada transição, redemocratização – transição, claro, foi um tema que entrou também, tinha que entrar – mas à medida que, aparentemente, as coisas estavam sendo resolvidas, o pessoal resolveu investir em outras. Internamente também o ambiente era muito ruim para qualquer apoio. É curioso, o Brasil tem isso. Se você quer apoio para uma iniciativa de caráter cultural, etc. e tal, aqui dentro vai ser mais difícil do que você conseguir em Bangladesh, lá na China, etc. e tal. Eu próprio, na minha atividade, longe de ganhar uma nota, eu muitas vezes metia a mão no bolso para resolver esse ou aquele problema. Isso era normal na época, todo mundo fazia. Os defeitos mesmo eram de manter o bichinho vivo, de conseguir custos razoáveis de produção.

A produção editorial era feita pelos editores. Quer dizer, não tinha revisores, não tinha coisa nenhuma. Era um troço muito louco. Eu fui duramente criticado por colegas e, até em alguns momentos, quase que motivo de gozação. Gozação amistosa mesmo, por fazer esse tipo de coisa, de pegar e ficar, não só revendo, como editando, muitas vezes reescrevendo enormes passagens de artigos. Eu tinha um colega no CEDEC que dizia “Eu não me preocupo com essa coisa de redação quando eu escrevo. Eu sei que quando passa o artigo aí, alguém vai reescrever para mim.”. E o pior era que acontecia isso. Você não podia publicar do jeito que estava. E é necessário reconhecer que as coisas feitas pelos pesquisadores do CEDEC sempre tiveram, digamos, prioridade em maneira de falar, mas, enfim, procurava-se publicar. Aliás, aqui eu até posso introduzir uma coisa que vocês perguntavam, sobre o perfil dos autores. Atualmente, a coisa está muito mais organizada, a Lua Nova se profissionalizou nos anos recentes. Na minha época era a pura e simples avacalhação, não era uma organização profissional, de alto padrão,... Jamais alguém imaginaria que pudesse haver qualquer estímulo externo a participar da edição da revista. Não era, nem sequer por prestígio, muito menos por dinheiro, que se podia fazer alguma coisa lá dentro. Até o contrário. Mas essa coisa que eu dizia e acho, que agora, posso retomar, que eu era duramente criticado por isso, é porque as pessoas sentiam, no que eles entendiam, ser o absurdo da coisa. Inclusive, um colega dentro do CEDEC: “Puxa vida, você tem que só dar a orientação básica. O resto tem que ser feito por outros. Você não pode ficar se metendo em todas as etapas”. Acontece que se eu não me metesse, quem é que ia se meter? E além do mais, eu gostava de



acompanhar todas as etapas. Mas isso não é um padrão adequado e, também, não convida ao que chamei de profissionalização, de consolidação institucional, porque não foram criados com o devido cuidado, na minha época, pelo menos, os mecanismos de chamadas de artigos, por exemplo. Você não tinha as chamadas públicas de artigos. Você podia convidar colegas e ajudá-los, ou convidar para escrever um artigo, ou saber no diálogo, “Ah! Eu estou interessado e tal.”. “Pô, faz um artigo para nós.”. Esse tipo de coisa, muita informal. O que não significa que fosse só o CEDEC, se vocês olharem tinha gente de bastante lado.

Mas o padrão atual... mas o CEDEC na época, claro, a gente se preocupou com estar indexado, porque se não estiver indexado, você morre mesmo. Mas essa coisa que depois se consolidou, que no meu entender é um horror absoluto, essa qualificação, esse Qualis, esse horror espantoso não existia e muito menos estava no nosso horizonte. Então, isso nos dava mais latitude de ação. Não ficávamos nos preocupando com isso. Ao mesmo tempo, dava um certo ar; tenho que reconhecer que um certo ar diletante, quase amador; ao modo do fazer. Quer dizer, não era aquela coisa organizada, muito bem calculada, e tudo era muito bem planejadinho.

Mas nesse tempo também não tinha nenhuma outra revista com esse padrão de institucionalização e profissionalização na área das Ciências Sociais.

É, nisso você tem razão. Se você pega a Novos Estudos, na realidade, era, e sempre foi, explicitamente uma house organ. Uma revista da instituição. A Novos Estudos é do CEBRAP, não vem com conversa. Então, ela respondia às exigências internas e nunca ligou a mínima – nunca ligou, não, porque está no Qualis. Esse atual Qualis é gozadíssimo. O CEDEC, me disseram que era IA na área do Direito, mas que diabos? Sabe por que? Porque a gente se preocupa com direitos, então você tem até títulos, mas eram os direitos do cidadão, mas não tecnicamente a área do Direito. É IA. Se um advogado quiser publicar um belo artigo sobre tal coisa do Direito Penal, ele pode trazer. Quer dizer, não tem pé nem cabeça. Agora, isso foi uma mudança radical e provavelmente os atuais editores tenham, por um lado, menor latitude de ação, por outro, têm condições organizacionais para que, com muito mais facilidade, ou abrir chamadas para artigos – tem mil veículos para isso agora, tem mil formas de fazer –, como também de convidar colegas para editar. Outro dia eu encontrei o Iram [Jacome Rodrigues], um colega que trabalha com Sociologia do Trabalho, e ele disse “Ah! Eu estou preparando, junto com não sei quem, um número especial da Lua Nova, sobre a coisa do trabalho, etc. e tal.”. Então, isso faz sentido, é uma atuação normal. Mas não era sistemático.

A Lua Nova mudou muito quanto à organização do trabalho, quanto às condições materiais de manutenção. Na época em que eu estava mais ativo, recurso federal era a coisa mais difícil. Os que estávamos no poder, não é que estávamos no poder, de jeito nenhum, mas, digamos, colegas do CEDEC, ex-



presidentes do CEDEC que tinham posições importantes na área federal, odiavam o CEDEC. Tinham saído brigados. Então nenhum tostão. Nenhum tostão. A pobre da Amélia [Cohn] tinha que lutar como uma leoa para o bicho se manter à tona. E isso pesou também. E, talvez, tenha contribuído também as pressões sobre os pesquisadores, que aumentaram por causa dessa normatização crescente do trabalho e bolsas e não sei o que. O resultado é que a efervescência de algum momento certamente não existe mais.. Não sei como é que está agora. Agora deve ter secado de novo, porque agora secou tudo. Secou tudo. Eu diria que é uma publicação consolidada, que encontrou o seu caminho, o seu espaço dentro do debate e das publicações, porque as outras têm um caráter mais marcadamente acadêmico. Não vou falar Novos Estudos,— mas mesmo a revista da Anpocs, que mexe com Ciências Sociais, é acadêmica. Tem que ser: Dados, eu não vou nem falar, é totalmente. Todas elas. Revista institucional, tipo a ABCP, lá da Ciência Política, é outro perfil. Nesse sentido, Lua Nova fez bem em manter o seu perfil. Ela compõe um determinado aspecto do nosso cenário, da nossa dinâmica política e cultural, que outros não cobrem. Eu tenho a impressão que não cobrem. Então, valeu manter o bichinho andando. Agora, é claro, numa fase mais tormentosa.

Como o senhor vê a possibilidade de uma revista do tipo da Lua Nova nesse cenário de normatização da vida acadêmica e política?

Olha, eu estou falando da maneira mais irresponsável porque não estou lá dentro. No entanto, talvez se pudesse levantar que exatamente porque tudo está cada vez mais regulamentado, normatizado, especializado, talvez fosse o caso de uma pequena inflexão da revista no sentido de torna-la, digamos, mais leve. Claro que a ideia do boletim é suprir esse espaço, mas não é suficiente. Quer dizer, a própria revista pudesse pensar formas de se distanciar um pouquinho dessa coisa muito careta que tomou conta das publicações. E não há outras. Quer dizer, vocês levantavam antes a continuidade do que era a imprensa alternativa nos anos 1970, por aí, em publicações que tinham assim uma marca mais leve, mais irreverente. Lua Nova, para dizer o mínimo, é uma revista com muito pouco humor. Não sei se na época em que nós estamos entrando não requer uma forma um pouquinho mais leve de chamar a atenção para necessidade de que o diálogo ganhe profundidade e densidade, porque, se não, pode haver um momento em que a gente não se distinga, pode haver o risco, que no meu entender é um risco que deve ser evitado de qualquer modo, de não se distinguir do resto. Porque todo esse esforço imposto institucionalmente, por CAPES e companhia, isso daí te leva a uma brutal homogeneização, que é um negócio horrível. Deixando de lado, é claro, a injustiça monstruosa que se faz a muita coisa interessante que se publica nesse país em revistas que não são lidas e não são procuradas, porque não dão ponto, não dão ponto. Você vive em um universo em que você faz trabalho intelectual para ter pontos. Imagina se isso fosse dito na primeira etapa de



Lua Nova: que alguém fosse escrever sobre um tema para ter pontuação! Os caras iam morrer de rir! “Não, eu estou escrevendo porque eu quero entrar quero dar minha voz no debate”. Então, o risco, no meu entender, que Lua Nova corre não é a de ficar para trás, de ficar soterrada, de ser esquecida, ela já se consolidou, mas o de ficar mais do mesmo. Daqui a pouco nós somos mais do mesmo. E mesmo na época em que Álvaro e eu estivemos lá, a nossa aposta era que trabalhando daquele jeito que nós trabalhávamos, a gente se distinguia do resto das eventuais publicações, as que já existiam e as que fossem criadas, porque elas tenderiam a ter ou perfil totalmente focado de um partido ou mesmo de uma escola, ou seria padronizado. Então a gente, acho que com bons resultados achou que esse perfil era legal. Eu desconfio, realmente, que agora a aposta começa a se tornar outra. “Agora” eu estou usando a expressão de uma maneira muito enfática, porque até há quatro anos atrás, digamos, você não precisava colocar a coisa como eu estou colocando agora. Você tinha, digamos, respiros dentro da nossa dinâmica política e cultural. Mas a partir de 2014, 2015 e 2016, o sufoco é completo. Então, será que a gente não tem que trabalhar mais como um camundonguinho que procura seus espaços? Eu nem saberia que formato teria, mas se eu estivesse lá ainda discutindo essa coisa, eu tentaria estimular um debate interno sobre como é que pode mudar um pouquinho. Como é que pode não cair na horrível, horrível, tentação de rotinizar..Agora, como fazer isso, por que ângulo sair, que tipo de autores?

Por falar nisso, o tipo de autor, é bom lembrar que isso deve ser uma marca, que eu tenho certeza que se mantém, uma tendência que a gente procurava imprimir na época que era dar, na medida do possível, espaço para jovens pesquisadores que estavam entrando. . E tem muito artigo, muitos daqueles artigos de pesquisas, são artigos de gente que estava entrando. Lua Nova, nesse sentido, foi beneficiada pela alta qualidade do pessoal que passou no CEDEC . Era um pessoal de alta qualidade, então de repente publicava um artigo ... “puxa, esse garoto é bom, vamos dar uma força”. Depois se descobria que logo, logo, ele não precisava mais de força nenhuma porque estava se projetando, fazendo em cima daquele artigo um livro que tinha boa recepção. Muitas vezes dava certo isso, mas a ideia era, sempre que possível ...

Semear.

... empurrar para frente. semear, um pouco isso. A ideia de você só pegar os cardeais, o Butantã, nunca foi atraente, se bem que claro que muitas vezes caía nisso., Às vezes, se escapava disso por pouco, por acidente. Me lembro de uma ocasião em que entramos em contato com o Wanderley Guilherme [dos Santos] ... “Wanderley, você ... a gente queria que você “ – era a questão do debate sobre os partidos, uma coisa assim – “você tem alguma coisa aí que você possa mandar para gente?”. E ele: “Olha, eu vou fazer outra coisa: vou te indicar dois moços que estão trabalhando comigo e eles poderão fazer coisa”. Daí a gente publicou coisas desses moços e deu certo. Aliás, um deles



era o Jairo Nicolau, que virou uma figuraça. Então, o Wanderley teve a intuição boa. O. Nesse, eu não vou fazer a mesma coisa que o Amartya Sen, mas enfim ... [risos]. Essa coisa era uma marca. Também não sei quais são as condições atuais. . Um jovem doutorando, por exemplo, que tem chance de publicar um artigo numa dessas revistas mais fortes, ele sai com força. Se bem que você, normalmente, quando você está fazendo sua tese, você não vai pegar um pedaço de tese porque você destrói a tese. Então, mas digamos, logo depois que você fez, é muito importante a pressão sobre isso. Mas vejamos, aí que está uma diferença: não pode ser tudo por pressão externa. Não pode. E o que aconteceu, e isso afeta Lua Nova, como afeta o conjunto de nossa vida política, cultural e as instituições, é que a tendência é trabalhar sob pressão externa e não pelo espontâneo. Eu estava lendo outro dia um artigo do cara que foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Avançados de Princeton e qual era a orientação? Ele foi o presidente do Instituto durante muito tempo e ele era educador importante, Abraham Flexner. O lema dele era o seguinte: o trabalho científico é movido por curiosidade, por inquietação intelectual. Então, nada de conversa mole, o que o cientista tem que fazer é ser curioso, espontâneo, aberto para o mundo e não ligar a mínima para a aplicação possível do conhecimento que vá produzir. Absolutamente não toma conhecimento disso.. Com isso é que se produz coisa que preste; as coisas que ficam marcadas são essas. O resto é aplicação técnica, que é importante, evidentemente, mas não é propriamente conhecimento. Nós estamos, na nossa pátria, matando isso. Matando! Chegam as instituições e cercam o coitado: “Ah, tem que ser isso!”, “agora, tal tema está dando financiamento, o outro tema não dá financiamento, então tenho que fazer o meu projeto ...”. Meu Deus do céu, meu Deus do céu! Que monstruosidade nós estamos construindo? Essa coisa não é de hoje, mas também não é tão antiga, essa coisa horrível de que certos temas são explícita ou implicitamente favorecidos, são privilegiados. Então, se você entrar com um projeto pedindo um financiamento, se for uma coisa muito diferente, você fica no fim da fila. O que que o pessoal faz? Vai tentar as coisas mais promissoras. Mas isso tem alguma coisa a ver com a dinâmica da tua inquietação intelectual? Muito pouco. Você pode ter sorte e coincidir, mas muito pouco.

E o meu pavor é que e o pessoal do CEDEC, da revista, fique, em algum momento, desatento a isso. Não pode cair nisso. Já caiu muito, quando virou Qualis, quando virou não sei do que, quando entrou nos mecanismos mais de produção. Agora, precisa ver, dentro disso, qual é o máximo de liberdade possível. Mesmos os editores, coitados, estão tendo que fazer uma força enorme para se manter à tona da água lá nos seus departamentos. Diante disso tudo, você não corre o pior dos riscos e Lua Nova, aí sim, se me permitem retomar minha antiga brincadeira, virar Eclipse.. Mas tem muito chão ainda, viu? Tem muito chão. Eu não fecharia a revista. Pelo menos eu não fecharia esse ano. [risos]

O senhor mencionou que uma das características da Lua Nova é ser muito aberta



para vários temas, o que a distingue de outros periódicos. Observando a Lua Nova durante a sua gestão, professor, nota-se a chega de novos autores e enfoques. O senhor mencionou a teoria normativa, John Rawls. E quais outros teóricos ou correntes que a Lua Nova trouxe, nos anos 90 e início dos anos 2000, que fizeram carreira? Por exemplo, o debate sobre esfera pública, Habermas ...

Isso daí era um dos grandes temas. Ainda é, mas era um dos grandes temas.

O senhor esteve tradicionalmente ligado à tradição da Teoria Crítica. Ao mesmo tempo, comentou a união com o Álvaro e a chegada da teoria normativa. Como é que você enxergava esse diálogo? Como isso era feito? Como você pensava isso?

Teoria Crítica só entrava lá por molecagem minha, porque eu é que acabava escrevendo sobre Adorno e companhia. O Habermas, não. Eu me lembro que a gente publicou um artigo dele que era uma síntese de parte importante daquele livro sobre facticidade.

Facticidade e validade.

E daí a gente publicou isso e colocou um pouco de debate a respeito, pelo menos comentário a respeito do texto. Fez coisa semelhante com aquele arqui-adversário do Habermas, o [Niklas] Luhmann. O Luhmann vários colegas, inclusive o Cícero escreveu também. Acho que o Leopoldo Waizbort também. Enfim, realmente uma diversidade nos debates. Mas o que me diverte na pergunta como é que havia o diálogo, digamos, entre teoria política normativa e a teoria crítica da sociedade? Não havia nenhum. [risos].

A hora em que o Álvaro se distraía, eu entuchava uma coisinha. A hora em que eu estava olhando lá para cima, ele chegava com um dos caras dele, lá. Umás figuras interessantes que ele descobria, não é? Ele realmente trouxe coisas muito boas. Uma vez eu ouvi essa caracterização de Lua Nova, anos atrás: que é a publicação que mais dá espaço à essa teoria política normativa. Quem quiser acompanhar isso, vai ter que, de alguma maneira, consultar a Lua Nova. Mas a coitada da Teoria Crítica da sociedade! Está apanhando, viu? Mas vocês poderiam dizer: a gente apostava no debate mas não exercia? No diálogo ... mas não é bem assim. O ambiente era de bastante companheirismo, havia essas concordâncias fundamentais. Esse negócio de vamos estimular o pessoal que está entrando no campo e não nos já estabelecidos era absoluto consenso no interior da redação e certamente o conselho nada tinha contra isso. Que eu me lembre, nunca houve divergências reais do tipo “olha, isso nós não podemos fazer, isso é um absurdo, o que você fez aí é completamente fora de qualquer padrão etc”, então não lembro de ter acontecido isso não.



REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Essa seção tem como objetivo destacar textos anteriormente publicados na Lua Nova que podem ter interesse para a conjuntura intelectual, cultural e política.

Lua Nova vol.1 no.1 São Paulo, Junho de 1984

A CONVERSA MOLE DA POLÍTICA

Maria Victoria Benevides

“Política é a arte do cochicho e do comício”, dizia Benedito Valadares, velho cacique do PSD mineiro. E se os comícios voltaram com grande parte de sua sedução – até pouco tempo roída pela ditadura, pelas famigeradas leis eleitorais e pelo impacto da televisão – ainda sobrou o cochicho. Pois este continua sendo, para os políticos conservadores, o fundamental. Política é conversa, dizem todos. “O principal instrumento da política é a saliva”, afirmou, recentemente, o deputado Ulisses Guimarães. E o senso comum consagra: “é conversando que a gente se entende”.

“A gente”, quem, cara pálida? Nesta conjuntura de transição, de polêmica sobre sucessão

presidencial, em plena crise econômica e social, alguns termos se destacam e merecem maiores esclarecimentos: conciliação, consenso, negociação, entendimento. Quem são “a gente”? Sobre o que “se entende”? Os jornalistas, os políticos, os formadores de opinião parecem, muitas vezes, contraditórios e enredados nas expressões usadas. Ao mesmo tempo, todos parecem conferir um sentido mágico as palavras; elas seriam auto-explicativas de algo que não se quer, ou não se pode, explicar, como se cada um pudesse

entender e usar de acordo com suas conveniências. Pois será que todos querem, do mesmo jeito, conciliar, negociar ou entender-se?

E claro que não! Afinal a política não se resume a um final de jogo da seleção. É bom, é ótimo, que tenhamos negociações e acordos, em nome dos princípios democráticos, pois toda democracia supõe o dissenso e o conflito. Mas, negociação e acordo não significam domesticação e conformismo. As instituições democráticas devem estar habilitadas para resolver conflitos, e não para negá-los. Em qualquer caso, é útil tentar esclarecer os termos da conversa.

Conciliação: Tancredo Neves e as “raposas” da política mineira, “união



nacional” e “mão estendida” do presidente Figueiredo: estas parecem ser, hoje, as primeiras lembranças quando se fala em conciliação, compreendida como um amplo acordo – uma espécie de pacificação barganhada – fruto de entendimentos “graduais, lentos e seguros”, em nome de interesses supostamente gerais. Os que a defendem apontam as vantagens da estabilidade política, dos “interesses da nação”, da “paz social”. Os que a rechaçam denunciam a manobra das elites, sempre em detrimento das reais aspirações populares.

Do latim *conciliatio*, e o ato de ajuntar, casar, harmonizar, reunir; daí *concilium*, que significa ajuntamento, assembléia. O Aurélio refere-se a harmonização entre litigantes. E na área da Justiça do Trabalho, lembre-se que os Órgãos de 1ª instância chamam-se Juntas de Conciliação e Julgamento, compostas de um juiz togado, dois vogais, sendo um representante dos empregados e outro dos empregadores. Esta representação paritária confirma que o órgão não tem por missão julgar conflitos, mas buscar um acordo entre as partes, conciliar.

Na história política brasileira a palavra celebrou—se no Império, com o Gabinete Paraná (1853), que “conciliou” conservadores e liberais (O Marques de Paraná, aliás, resumia candidamente essa política das elites: “a conciliação”, quero dizer, esse sossego do espírito, essa calma das paixões”). Houve conciliação após a Revolução Praieira (1848) com a adesão dos liberais vencidos, e após a Revolução Constitucionalista de 1932, quando Getúlio Vargas atrai a elite paulista derrotada. Pode-se falar também de conciliação na “política dos governadores” da República Velha e, a nível local, das estratégias do coronelismo. E o populismo manipulador e autoritário desemboca, de certa forma, na política da conciliação. Outro exemplo é a Constituição de 1946, que derrubou a ditadura sem substituir os instrumentos do Estado Novo, como a legislação trabalhista. Foi uma conciliação feita em nome do liberalismo — mas o liberalismo sem povo.

E compreensível, portanto, que conciliação seja associada a cooptação, mecanismos de tutela, de controle social e político, de negação da cidadania. Enfim, a conciliação significa, sempre, a exclusão da participação popular e o reforço das elites dominantes que desejam, em função de eventuais derrotas, alargar a base de seu poder político.

Hoje ainda se fala em conciliação, mas a palavra, que já fora substituída por “diálogo” (na época da “Missão Portella”) parece que caiu de moda. Fala-se mais em consenso, negociação e entendimentos. Na conjuntura atual, a julgar pelos parceiros privilegiados e pelos resultados, tudo se resume a um conchavão – do qual se exclui, evidentemente, a participação popular. O que um verdadeiro “pacto social” – reclamado também pelos conciliadores – não poderia ignorar. Caso contrário, voltam todos à posição do mineiro Antonio Carlos, quando propôs “façamos a Revolução antes que o povo a faça”.



Consenso: Palavra chave, usada a torto e a direito (da direita a esquerda) sofre o desgaste mas não sai de moda. “Candidato de consenso”, “solução de consenso”, “o consenso é que...”, etc. Do latim consensus, tem dois significados: 1) consentimento, conformidade; 2) conspiração, conluio (parece ser o “2” mais usado em certas áreas da América justamente qualificada Latina). O Aurélio apenas registra conformidade de idéias e opiniões. No entanto, ao contrário do sentido mais difundido, a palavra não significa unanimidade ou procura de unanimidade. Não se trata de uma posição amplamente majoritária, mas de um largo acordo com uma maioria substancial. O que seria um consenso democrático define-se em função da legitimidade: não se confunde com imposição, outorga ou concessão soberana. Pressupõe demandas e respostas; exige participação social e política.

Infelizmente, o consenso de que se fala hoje tem raízes elitistas e autoritárias. Num período de transição, concordo com Michel Debrun, a busca do consenso substitui a repressão, mas não se trata de formar a vontade geral ou de legitimar simbolicamente o poder. Novamente trata-se de um mecanismo de disciplinamento e controle, vestido com roupagens mais atraentes. Portanto, como a conciliação, o consenso, na utilização atual, exclui a consulta popular. “Candidato de consenso” – seja do regime ou da oposição – sairia dos arranjos de cúpula, num evidente desprezo às aspirações de amplos setores da população por eleições livres e diretas.

Negociação: O “espírito” da negociação parte do reconhecimento de que há interesse, entre as partes, na discussão e encaminhamento de suas divergências. Supõe a suspensão das hostilidades, do conflito declarado. É uma trégua para conversas. Para a exposição de cada um sobre suas condições, exigências e interesses, além das regras do jogo, da definição clara dos parceiros e, principalmente, do objetivo final em causa.

O uso do termo na área do trabalho é corriqueiro: negociação salarial, de greves, etc. No Direito Comercial também. Na política partidária é relativamente recente, embora sempre tenha existido, nas prévias das alianças e coligações. Em qualquer dos casos, só se pode

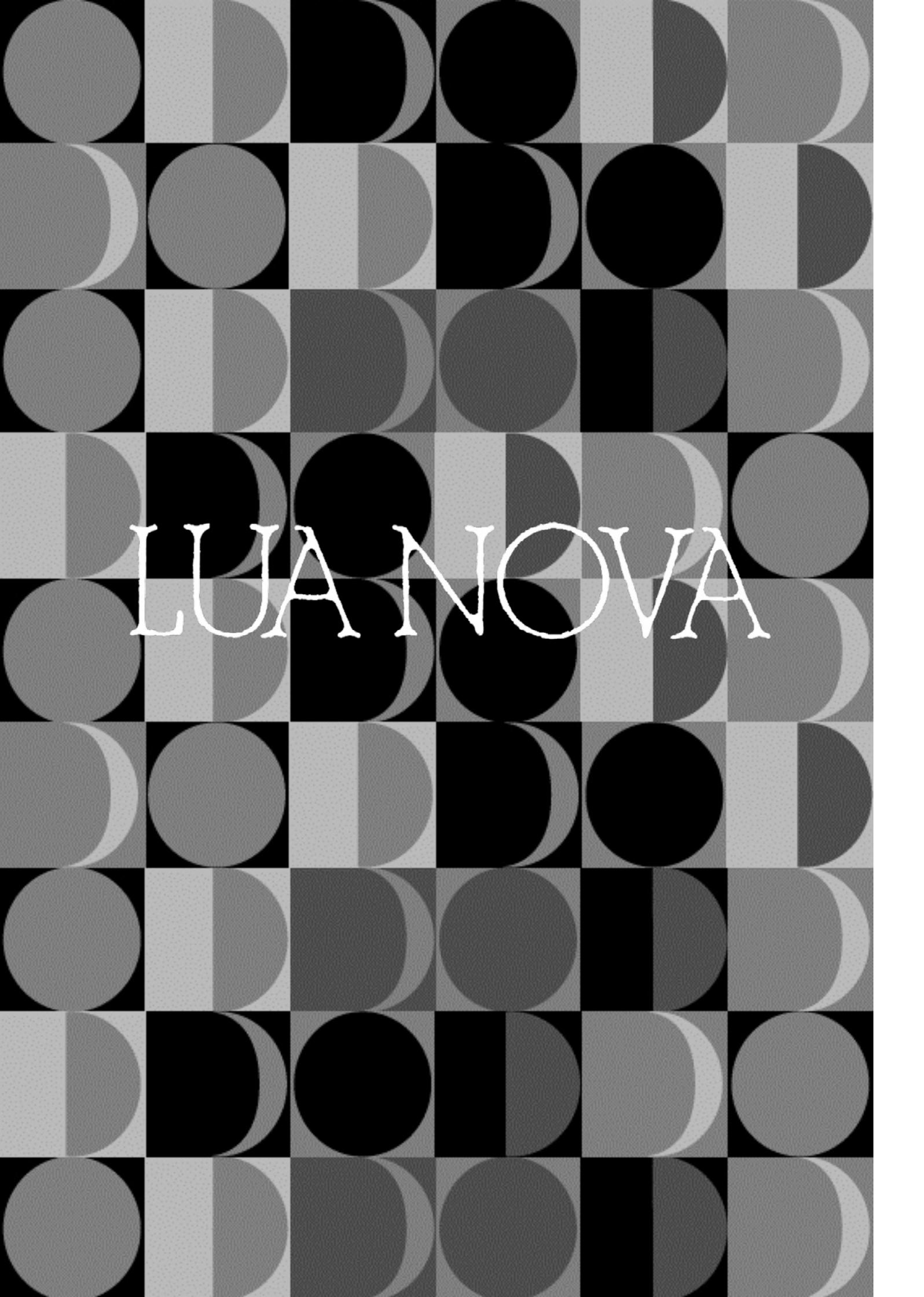
falar em negociação quando há, mesmo que remotamente, a possibilidade de um acordo. O que não significa que se chegara a esse fim; a negociação pode resultar em nada; em impasse; em acordo ou em rompimento.

Fala-se em solução negociada como fruto do diálogo, diferente da solução imposta, forçada por uma das partes. Do latim negotiatio, a palavra significa ato ou efeito do comércio, contrato, ajuste entre partes. Nações, grupos sociais e políticos, partidos, indivíduos, todos podem negociar. Na conjuntura atual a negociação é a palavra mais usada na discussão da dívida externa e na polémica entre oposição e governo, assim como entre os partidos da oposição e mesmo entre facções dentro dos partidos. Negociam-se desde cargos nos diretórios até ministérios, na adesão ao

governo na votação dos decretos-leis. Negociam-se posições políticas, nomes e votos. Aqueles que insistem em dizer que para fazer política é preciso sujar as mãos talvez estejam mesmo confundindo política com “negócio”. Em qualquer caso a negociação, feita entre as elites, é o processo natural para se chegar aos entendimentos, ao consenso, à conciliação.

Entendimento: Depois de consenso, é a palavra mais repetida, em geral com o sentido de conversa, visando a acordos específicos. Entendimentos com o governo (“subir a rampa”, etc.), entre os partidos, entre candidatos são muito citados. Mas o sentido da palavra é mais do que conversa. É um acordo preliminar, de princípio. Os diversos grupos dentro do PMDB, por exemplo, estão em entendimentos sobre a direção da campanha pelas eleições diretas. A ala moderna, do antigo PP, deve estar levando a melhor, haja vista a vitória de um ex-biônico na executiva nacional do partido. (Já os entendimentos do PT com os demais partidos da oposição não podem abrir mão dos princípios contra candidatos de consenso, mandatos-tampão etc. que excluam a participação popular). O governador Brizola, por sua vez, desenvolve entendimentos com setores do governo federal e com os “chaguistas” do PMDB fluminense – seus antigos inimigos – num passo certo para a conciliação. Fecha-se o círculo da política do centro liberal-conservador. As elites negociam, se entendem, promovem o consenso, consolidam a conciliação. Pelo visto, o povo que se dane.



The background of the image is a 10x6 grid of squares. Each square contains a different grayscale moon phase, such as a full moon, a waxing crescent, a waning gibbous, or a new moon. The phases are arranged in a repeating pattern across the grid.

LUANNOVA